



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### ATA N.º 57/XIII-3º/2021-25

1 - Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e vinte e quatro, pelas 21H00, no Ginásio da Escola Básica da Trafaria, sito na avenida Almirante Gago Coutinho, na Freguesia de Trafaria, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Período de Intervenção dos Cidadãos;

2 – Período de Antes da Ordem do Dia;

3 – Período da Ordem do Dia:

3.1 – Eleição de Personalidade para integrar a Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada;

3.2 – Eleição de Cidadão para a Comissão de Proteção Crianças e Jovens – CPCJ;

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri de recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”;

3.4 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2023 a maio de 2024)”;

3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Almada para a redefinição do uso do solo em áreas específicas abrangidas por Espaço-canal, decorrente da caducidade da reserva de solo afeta à execução de infraestruturas urbanísticas”;

3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Contrato-Programa 2024”;

3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medidas Preventivas estabelecidas por motivo da Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada”;

3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a Junta de União das Freguesias de Caparica e Trafaria”;

3.9 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação das peças do CS02891S2023, para concessão do direito de uso privativo de espaço público, para instalação de 82 postos de carregamento de baterias de veículos elétricos”;

3.10 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação de deliberação de Câmara nº 88/2019. Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução, Local Cível e de Trabalho de Almada. Edifício e estacionamento na rua da Cooperativa Piedense, nº 94, Cova da Piedade. IGFEJ, I.P.”;

3.11 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão da Rede Ciclável para o Concelho de Almada”;

3.12 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público nº CS00441S2024 para “Concessão de serviços de restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas estradas municipais após a ocorrência de acidentes de viação, no Concelho de Almada”;

3.13 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Procedimento concursais para cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau – Diretores de Departamento e Chefes de Divisão – Composição dos Júris”;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- 3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Proposta de assunção de compromissos plurianuais”;
- 3.15 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.16 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.17 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;
- 3.18 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva”;
- 3.19 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contratos Interadministrativos com Uniões de Freguesias do Concelho de Almada – intervenção em polidesportivos”;
- 3.20 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

**2** – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Ivan Gonçalves, pelo 1.º Secretário Ivo Almeida e a pela 2.ª Secretária Ana Paula Silva.

**3** – Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 - José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS); Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS); Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS); Ivan da Costa Gonçalves (PS); Ana Paula Alves da Silva (PS); Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS); Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS); Paulo Filipe Pereira Viegas (PS); Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS); Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS); Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU); Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU); João Eduardo Alves de Moura Geraldês (CDU); Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU); Sónia Tchissolle Pires da Silva (CDU); Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU); António Francisco Salgueiro (PSD); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD); Luis Amado Durão (PSD); José António Espírito Santo Rocha (BE); Inês Pizarat Correia Bom (BE); Pedro Miguel Celestino Pereira (BS); Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA); Rafael Fernando Aranha Domingues dos Santos (CHEGA); Margarida Ramires Paulos (PAN); António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP); Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS); Pedro Miguel de Amorim Matias (PS); José Ricardo Dias Martins (PS).

**4** – Nos termos e para os efeitos do n.º 3, do artigo 42.º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as) João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Olga Natália Maia Mariano (PS), Bruno Ramos Dias (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Luísa Maria Freire Galvão (PS) por impedimento de Pedro Manuel Branca Lêdo (PS); José António Lino Craveiro (PS) por impedimento de Catarina Isabel Garcia Paulino (PS); António Paulo Júnior (CDU), António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas (CDU), António Abrantes de Almeida (CDU), José Manuel Raposo Gonçalves (CDU), Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU) e António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU); Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho (CDU).



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

4.1.2 – A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS) solicitou a sua substituição pelo eleito Senhor Paulo Figueiredo.

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a ausência da Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira (PS), Senhor Vereador Nuno Filipe Matias (PSD); António José Matos (CDU), Helena Azinheira (CDU), Joana Rodrigues Mortágua (BE).

5 – Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 – Usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para informação aos Senhores/as Múncipes  
“Senhora Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Senhores Múncipes;

As intervenções serão gravadas e transmitidas no canal de Youtube da Câmara Municipal de Almada, pelo que é importante que os Senhores Múncipes e toda a Assembleia o saibam, gravação essa que se estende a todas as respostas que se seguirão.

5.2 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Silva, Amélia Barata, Carla Mourão, Inês Pascoal, Maria Glória Pedroso e Elsa Elias.

5.2.1 – O Senhor Múncipe João Silva:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, há um ano, numa outra sessão, eu mostrei-lhe uma peça de esferovite para a Senhora saber, que eu tenho uma unidade unifamiliar que é titular a minha mulher, e uma parede estrutural principal exterior, é em esferovite.

Para que a Senhora perceba, imagine o Senhor Maestro António Vitorino de Almeida, compra um piano e vendem-lhe o piano, mas uma das pernas do piano por baixo do teclado, é em esferovite, coitado do Maestro, ao segundo concerto fica sem pernas. Senhora Presidente, é isto de que se trata a esferovite. Isso é o bunker que não tem janelas, isso é outra coisa. É um favor que eu faço aos múncipes e ao seu Departamento do Urbanismo, que não sei o que faz, mas isso é consigo, porque a Senhora Presidente é responsável pelo que sabe, pelo que não sabe. Pelo que tomou conhecimento e pelo que não tomou. E é por isso que a Senhora é Presidente da Câmara.

Tem lá um engenheiro, Diretor no Departamento do Urbanismo, tem o Gabriel e tem o Arquiteto Carlos Dias, qual é a capacidade técnica desses senhores? Quem ouvir isto, passado um ano, não despertou a atenção de ninguém, nem da Câmara Municipal, nem do Departamento, e também dos Senhores Deputados Municipais. Os Senhores também são corresponsáveis. Porque apoiam isto, não perguntam, é grave, estarmos numa casa que agora por causa da parede em esferovite, o Bairro virou termiteira. Somos invadidos pelas formigas que vivem entre a parede de betão, a parede de tijolo, e é só uma, e a parede de esferovite que é um produto tóxico, sei daquilo que lhe estou a dizer porque fui fiscal da Direção Geral das Construções Hospitalares e sei muito bem o que são produtos tóxicos, sei do que lhe estou a falar Senhora Presidente. Se isto não lhe desperta a atenção, Senhora Presidente eu pergunto, a sua direção precisa de alguma coisa.

Esse senhor engenheiro quando lá mandou um senhor ver o processo 236/18, é disto que eu estou a falar e foi disso que eu sempre falei, só deu conta que não tinha o livro de obra, não deu conta de mais nada. Depois eu impugnei as telas finais, estão impugnadas por um requerimento na Câmara Municipal que deu entrada. Tem mais Senhora Presidente, mandei um auto de vistoria legalmente instituído, pelo código da construção dos contratos públicos, está na Câmara Municipal. Não desperta a ninguém destes senhores do Departamento coisa nenhuma?



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Mais Senhora Presidente, estes senhores eu pergunto-lhe, qual é a capacidade técnica fundamentada? Porque este senhor que é a Sociedade J. Silva Lda., tem um alvará de primeira classe, que só pode fazer construções até 125 mil euros. Mas o problema, é que se o seu Departamento tem olhado, vem logo cá a dizer que vai fazer uma obra de 150 mil euros. Não pode. Mas tem esse bunker que é o mesmo senhor, que está a pedir 600 mil euros. Senhora Presidente, quantos Zés Guilhermes é que existem cá no Concelho de Almada, estou a falar em termos figurados, porque havia um Zé Guilherme em Almada, e há um senhor Gabriel lá, agora no Departamento que sabe do que é que se trata e o senhor Raposo também sabe, eu conheço bem o Raposo há muitos, muitos anos. Quantos Zés Guilhermes há cá e a quem é que eles oferecem aquela coisa que o Zé Guilherme ofereceu ao Presidente do banco do BES, ao Ricardo Salgado? É disto que se trata?

A Fundação Francisco Manuel dos Santos fez uma coisa, Senhora Presidente, eu preciso que o seu Departamento e o Senhor Vereador conhecem bem o problema, mas ri-se, não sei o que é que ele ganha com o rir-se, eu gosto muito de o ver, é todo simpático, mas é preciso ação, é preciso competência Senhora Presidente. E a Senhora é responsável porque é a Presidente. E não me venha dizer que não sabe, tem os seus Vereadores que têm que a informar. E se tomou conhecimento a Senhora Presidente tem que tomar atitudes. Porque eu não estou para viver dentro de uma termiteira, com baratas e formigas. E depois é um caos urbanísticas.

E preciso de respostas aos requerimentos.”

### 5.2.2 – A Senhora Múncipe Amélia Barata:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu venho cá para sinalizar um facto que me pareceu muito óbvio. Eu sou da Roménia. Na Roménia tem uma realidade diferente em muitos aspetos, uns melhores, outros piores. E dos aspetos melhores, é que as crianças têm muitos parques infantis, muitos espaços verdes, nos bairros há pelo menos um parque infantil, para ser muito acessível aos pais deixarem os filhos nos parques infantis, os avós irem com os netos aos parques infantis, e as pessoas passarem muito mais tempo na rua. Na rua que não é numa calçada vazia, como estou a ver aqui. Eu moro no Laranjeiro e posso lhe dizer que no Laranjeiro e Feijó há oito parques infantis, para uma população, nos últimos censos, são de 0 a 9 anos, registaram-se 3400 crianças. Para essas crianças há 8 parques infantis, dos quais, pelo menos 2, não têm quase nada. São registados como parques infantis, no papel, mas na realidade não têm nada.

Espaços verdes. A Praceta do Laranjeiro, uma calçada vazia, e onde há espaços verdes por exemplo, no Centro Desportivo do Feijó, onde foi restaurado aquele repuxo e muito bem, lá havia muitas famílias com crianças, que precisavam de um parque infantil. Porquê? Porque uma criança maior vai com um skate, vai com uma bicicleta, mas as crianças até 5, 6 anos, também precisam de um escorrega, de um baloiço, parar brincarem e para também poderem socializar. O que hoje em dia ligados aos ecrãs, estamos a fazer cada vez menos. É isto que tenho para dizer e gostaria que fosse tido em consideração.”

### 5.2.3 – A Senhora Múncipe Carla Mourão:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Carla, eu sou residente aqui no Bairro do 2º Torrão, mais propriamente na Avenida Almirante Gago Coutinho, junto ao mar e vai fazer um ano que houve uma derrocada com as marés, as pedras resvalaram para o mar e, entretanto, aquilo ficou de maneira que pela primeira vez a água do mar bateu nas minhas portas. O que me foi dito na altura, isto foi um problema que aconteceu por volta da uma da manhã que ninguém estava à espera, supostamente é a hora que as pessoas devem estar a dormir, mas eu acordei com o barulho do mar e os meus vizinhos na rua nada deram conta. Consegui salvar a minha casa e a minha família, e o que é certo é que vai fazer um ano e ainda nada fizeram a beira mar e o que acontece é o seguinte: a água não deixa de bater lá porque continua, só que o que está a fazer é destruir a estrada por baixo. Eu tenho a minha casa que tem chão flutuante e que está completamente manchado de uma ponta à outra. Há dois dias atrás, à minha porta, encontraram-se uns senhores do Porto de Lisboa, casa essa que pertence ao Porto de Lisboa, e eu fiz essa mesma pergunta, se eles estavam a pensar em arranjar tendo em conta que vem agora o inverno e eu sei o que



é que vai acontecer, vai se dar novamente, só mesmo quando houver uma catástrofe é que eu acho que vão ter mãos para agir. Mas nessa altura vai ser tarde.

O que eu quero saber é o que estão a pensar fazer, tanto que logo nos dias após o sucedido eu tive o gosto de falar com a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, Sandra Chaiça, perguntei qual era a ideia que eles tinham, e o que me foi dito pela Presidente da Junta, foi que iriam começar porque também abriu a estrada que vai para a Cova do Vapor, e a resposta que me foi dada foi e até ai eu compreendo, estando a estrada aberta, quem lá mora não entra nem sai, e o que me foi dito foi que iriam fazer as obras começando na Cova do Vapor até ao Bairro do 2º Torrão. A Cova do Vapor está arranjada, mas o 2º Torrão não. Ou seja, vai entrar o inverno, vai novamente partir a Cova do Vapor, e eu pergunto o que é que vai acontecer à minha casa, tendo em conta que tenho 24 anos de vida ali, sempre paguei os meus impostos, sempre trabalhei, e tenho duas crianças menores e assim como eu, todos os meus vizinhos têm crianças menores e como devem calcular não tenho um relógio de 5 em 5 minutos para ir ver o mar, para ver se ele está alto ou se está baixo e esta semana daqui por dois dias segundo consta, o mar vai mexer novamente, e as pedras cada vez resvalam mais. Eu tenho o chão da minha casa todo manchada e o que me foi dito foi que, tiraram aqueles que estavam por cima da vala que supostamente estavam em perigo, mas em perigo estás a Senhora e todos os seus vizinhos aqui da frente. É só isso que eu queria saber.”

#### 5.2.4 – A Senhora Múncipe Inês Pascoal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Inês Pascoal e venho a esta Assembleia Municipal apresentar a Associação “Inspira Mobilidade”.

Após meses de debate e trabalho coletivo, a “Inspira Mobilidade” foi finalmente registada no passado dia 9 de setembro, e estamos agora em condições de afirmar o trabalho que temos vindo a desenvolver em Almada, mas agora como Associação.

Este movimento surge da necessidade de enquanto múnicipes de Almada, podermos participar ativamente naquilo que acreditamos ser urgente relativamente às políticas de mobilidade no Concelho de Almada.

Fomos um grupo de 24 pessoas a fundar a Associação “Inspira Mobilidade”, pessoas de diferentes idades, géneros, diferentes Freguesias de Almada, diferentes realidades socioeconómicas e contextos profissionais.

O que nos une é a preocupação com a gestão territorial, em busca de uma maior qualidade de vida, aspetos que entendemos serem fundamentais no uso do espaço público e na mobilidade. Tudo faremos para que em breve, mais pessoas se possam associar, capacitando este movimento enquanto um espaço de troca de ideias e de debate.

A nossa Associação tem como finalidade a defesa e valorização do ambiente, do património natural e construído e da sustentabilidade em geral, bem como a conservação da natureza através da promoção da mobilidade sustentável, inclusiva e segura em meio urbano, para uma efetiva redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Para alcançarmos o nosso objetivo, na Inspira Mobilidade, propomo-nos à promoção e advocacia de condições para 3 eixos.

Primeiro, mobilidade ativa em transportes públicos, incluindo a acessibilidade universal, a mobilidade pedonal, em bicicleta, transportes públicos eficientes e integrados, promovendo a igualdade de acesso ao espaço público e aos meios de mobilidade sustentável.

Segundo, segurança. Garantido o acesso seguro ao espaço público e segurança rodoviária, para todas as pessoas independentemente do seu meio de transporte e combatendo qualquer forma de discriminação negativa.

Terceiro, participação pública, fomentando a participação comunitária nas decisões do território através de políticas de planeamento urbano sustentável e inclusivo e para a criação de infraestruturas pedonais, clicáveis e alternativas de mobilidade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Estamos presentes e com total atenção às propostas emanadas pelos órgãos de decisão, propomo-nos a contribuir exercendo a nossa atividade com facilitadora do diálogo, em articulação com as autoridades locais, os meios de comunicação social, entidades públicas, privadas e a sociedade civil, sobre questões relacionadas com a mobilidade sustentável e inclusiva.

Na Inspira Mobilidade, pretendemos assumir um papel na sociedade fazendo advocacia ambiental, nomeadamente, sobre os direitos e deveres de munícipes enquanto peões, utilizadores e utilizadoras de bicicleta, e utentes de transporte público, sensibilizando a comunidade para importância da mobilidade sustentável, inspirando uma cidade mais segura, mais saudável, mais consciente, e mais inclusiva.

Assim, apresentamo-nos desde já disponíveis e com capacidade, para participar na discussão das políticas de mobilidade que estão em preparação no Município, garantido a sua boa execução e implementação no território. E por isso, estamos aqui a manifestarmo-nos disponíveis para colaborar, não apenas com esta Assembleia Municipal, mas também com o executivo municipal, departamentos municipais e forças partidárias com ação em Almada, e que em conjunto de forma participada e construtiva, sejamos capazes de desenhar e promover soluções aptas aos desafios que a realidade nos impõe.

Já estamos online a [inspiramobilidade.pt](http://inspiramobilidade.pt), Instagram, Facebook, o nosso email é: [info@inspiramobilidade.pt](mailto:info@inspiramobilidade.pt) e espero que posamos colaborar em breve.”

5.2.5 – A Senhora Múncipe Maria Glória Pedroso:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, o que me traz aqui, normalmente eu vou às Assembleias de Freguesia, também venho a esta Assembleia Municipal, não vim ontem porque não tive conhecimento.

Eu vou falar mais uma vez, não quero ser cansativa, mas tem que ser. Enquanto as coisas não estiverem resolvidas, eu sei que demoram algum tempo, mas eu vou continuar a insistir.

É o seguinte: no que diz respeito à Vila da Trafaria, onde resido há 44 anos, gosto muito desta Vila, eu continuo a falar na limpeza urbana. Não vejo grande limpeza urbana, insisto, as árvores não sei qual é a altura própria para ser feita a poda. Há umas árvores muito perigosas eu não sei o nome, não é da minha área, que têm umas bolotas e realmente as pessoas com mais idade, eu já as tenho visto caírem em frente à minha porta, mas não é suficiente, o suficiente é uma limpeza profunda nestas áreas, não é só na minha rua, é mais zonas da Vila.

Gostava muito que realmente eu visse aquela minha zona mais limpa, mais em condições de se poder circular a pé, claro, de carro já não é preciso falar-se nisso.

Vou também falar e já falei há uns meses largos, não sei se a senhora conhece, conhece com certeza, a Estrada Nacional 377-1, que é a chamada estrada da santinha. O ano passado quando houve temporal, a barreira arreou em vários pontos da estrada. Ora, continua a cair menos, mas é evidente, vem as chuvas, se houver ali um desastre, nem sei o que dizer. Há uma intervenção que tem que ser feita naquelas curvas, dentro do possível, breve, porque aquilo arrasta-se há meses, já não digo anos para não ser muito castigadora. Mas penso que tem que haver ali uma grande intervenção, aquela barreira tem que ser toda vista, analisada e se calhar até reforçada com outros materiais que eu não sei, não é da minha competência.

Senhora Presidente, vou aqui falar, porque eu faço parte da Comissão de Utentes de Saúde da Vila da Trafaria, e a ex. extensão de saúde da Trafaria, é evidente, vai abrir, eu coloco isto e colocarei mais vezes até que as respostas sejam aquelas que eu considerarei boas. O ex. Centro de Saúde da Trafaria já foi o nosso Centro de Saúde, como as pessoas que vivem sabem, foi inaugurado, foi feito precisamente para a população da Trafaria. A população está a ficar muito idosa, não sei se acompanha, e nós deixamos de ter, mandaram-nos para a Costa da Caparica, quem consegue ir de transporte muito bem, mas quem não consegue eu pergunto, por vezes o transporte de Bombeiros nem sempre respondem aos pedidos de ajuda, de auxílio, eu deixava aqui um repto à Senhora Presidente da Câmara, se possível arranjar, fazer maneira de haver uma reunião para a população, para esclarecer de uma vez por todas, o que vai acontecer naquele ex. Centro de Saúde da Trafaria. Eu já ouvi que vão existir ali valências concordo plenamente, sou humana e também para lá caminharei, a minha idade já não



é muito jovem, mas também não me importa. Vão haver ali valências para os casos urgentes, demências, Parkinson, essas doenças gravíssimas, mas nós população da Trafaria, eu que estou inserida nesta população, nós queremos ter valências também para os fregueses da Trafaria, porque é que nos mandaram para a Costa da Caparica? Aquele Centro de Saúde foi aberto para a Trafaria, mas qual é a justiça neste país, fazem o que querem, não se olha às pessoas, os casos mais caóticos que há, por vezes somos nós que temos que ajudar alguém numa situação urgente ao pé de nos, e não sabemos o que que é que havemos de fazer.

Por favor, Senhora Presente, aqui deixo este meu pedido, faça alguma coisa, consiga perante as entidades competentes, que nós tenhamos também o ex. Centro de saúde da Trafaria, as valências que tivemos quando foi feito para a população da Trafaria. Eu não quero exigir mais, mas aquilo que nos foi dado, retiram-nos, nós queremos novamente as valências que tínhamos anteriormente.

Vou terminar, na mesma avenida onde está o ex. Centro de Saúde da Trafaria, há um terreno em frente à Sociedade Recreativa Musical Trafariense, e naquele local, e eu não sou contra os animais, mas por favor, quem é dono daquele terreno, que arranje maneira de ter um espaço para aqueles animais, é uma vergonha em plena avenida, e uma das principais Vila da Trafaria.

Senhora Presidente, agradeço que se debruce sobre estes meus pedidos.”

#### 5.2.6 – A Senhora Múncipe Elsa Elias:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ontem, depois da explicação da Senhora Presidente, eu tomei nota de algumas perguntas, que estive muito atentamente a ver depois a gravação.

Quero vos dar os parabéns, porque realmente vai abrir com valências e são importantes e tem todo o mérito, mas eu tenho aqui umas questões, não sendo eu política, peço desculpa se vos vou massacrar, não quero beliscar ninguém de forma alguma, mas seja.

Ontem a Senhora Presidente disse que, o novo Centro de Saúde nas Terras da Costa, que já está nas especificidades, mas até lá quanto tempo é que isso vai demorar? Não poderíamos dar aqui qualquer coisa neste Centro. Este Centro que já existe na Trafaria e sendo eu uma idealista e uma utopista etc., tem dois andares, não conseguiríamos, não quero de todo influenciar isto é só uma ideia, não conseguiríamos no andar, colocar as valências que são fundamentais também, claro que sim? mas num outro conseguimos qualquer coisa para a população o mais parecido com um centro de saúde possível?

A Senhora Presidente ontem também disse que, os médicos, ou a parte da medicina não seria da responsabilidade da Câmara Municipal, então é de quem? Como é que podemos chegar? Como é que nos podem ajudar? Vamos falar com quem? O que é que temos quer fazer para isso acontecer?

Agora, o Monte da Caparica, tem um centro de saúde, a nossa Freguesia agora está unida, nós aqui não temos nenhum, se calhar podíamos ter um mais pequenino em função da população.

Outra coisa, a Senhora Presidente ontem falou em rácio populacional. Haver ou não o número de habitantes. Quantos habitantes são precisos, para numa Freguesia poder funcionar um centro de saúde? São as coisas que me ficaram.

Era muito bom que isto acontecesse, hoje não vos vou tomar mais tempo, quero vos agradecer a todos.

Senhor Presidente Ivan Gonçalves, muito obrigada por me ter permitido esta intervenção.”

5.3 – Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Daniel Alexandre Silva (PS), Rafael Fernando Santos (CHEGA), Maria Rita Magalhães (CDU) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

#### 5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu vim aqui para falar do assunto que a Senhora Múncipe Amélia trouxe relativamente aos parques infantis, para também passar um pouco a nossa opinião sobre o assunto e também aquilo que são as nossas preocupações a esse respeito.

Naturalmente que, existem parques infantis e quem tem oportunidade de visitar outros pontos da Europa e como referiu aqui a Roménia, que de facto, países que têm parques infantis muito evoluídos e avançados.

Mas, não deixa também de ser verdade, que este executivo camarário, desde 2017, tem feito um caminho de construção de parques infantis novos como é o Parque Infantil por exemplo, do Parque Urbano do Pragal e também de não acabar com parques infantis.

No caso específico do Laranjeiro Feijó, dizer que, é preciso ter memória, e a memória é uma coisa boa, mas muitas vezes desvalorizada em política. E a verdade é que até 2017, que foi quando o executivo do Partido Socialista tomou posse na Câmara Municipal de Almada, pela primeira vez em 50 anos outra força política, tomou posse, aquilo que tinha vindo sendo feito era eliminar parques infantis e substituir por parques de fitness, tipicamente aqueles parque que vemos que as pessoas de idade e muito bem usam, mas eventualmente, talvez por falta de estudo, tenham feito vários parques dessa tipologia e que hoje estão ao abandono, ou com pouco uso.

Sobre os parques infantis essa é a realidade, acabaram com parques infantis, substituíram-nos por parques fitness para pessoas de idade e não é uma questão de pôr os mais velhos contra os mais novos, não é nada disso, é uma questão de estudo, planeamento e saber onde investir em cada uma destas vertentes. É verdade que, esse tipo de parques de fitness para pessoas de mais idade, também são muito relevantes, mas os parques infantis também.

A esse propósito, agradecer a sua intervenção uma vez mais. Dizer que, o projeto do Meu Bairro que está a ser levado por este executivo, agora a prática que ouve a população, está precisamente no Laranjeiro Feijó com um projeto em mãos que permite também dotar espaços neste caso, no Feijó em concreto, de parques infantis. Nesse âmbito houve uma prova aberta, uma oportunidade para os fregueses para os múnícipes irem intervir, eu próprio deixei uma sugestão a esse respeito e, portanto, queria aqui deixar essa sugestão diretamente à Senhora Presidente, para que também possamos ter um parque infantil com acessibilidade reduzida.

Na Europa vemos esse tipo de parques infantis, em Almada também podemos dar esse passo em frente na requalificação dos parques infantis, por exemplo, na Irlanda há esse tipo de parques infantis e em Portugal também há em outros pontos do país esse tipo de parques infantis para que as pessoas com mobilidade reduzida também possam aceder e não ficarem para trás. Mas isso foi uma proposta complementar, mas o parque que temos hoje em dia de parques infantis, é de facto pouco, além daquele exemplo que dei, do Parque Urbano do Pragal, dizer o seguinte: no Laranjeiro também nasceu um parque infantil pela mão deste executivo, foi criado o parque infantil no Chegadinho. Agora, claro está, se uns destroem, outros tentam construir, obviamente quer há coisas obsoletas, é preciso fazer mais, é preciso fazer baloiços, baloiços por exemplo, para bebés, eu próprio sofro isso no meu dia a dia com o meu filho, as vezes há baloiços que não têm essa adaptação para bebés e é preciso de facto, avançar nessa vertente, este executivo tem feito esse caminho, mas perdoem-me, mas houve antes destruição nesta matéria desta política pública."

### 5.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Rafael Fernando Santos (CHEGA):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não ia começar por aqui, mas depois da intervenção do colega do Partido Socialista fico a pensar que vivo num Concelho diferente do de Almada, efetivamente. Porque aquilo que o Senhor Deputado apresentou como a realidade dos parques infantis em Almada, acho que é do desconhecimento de grande parte dos múnícipes e das famílias do Concelho de Almada. Devo lhe dizer que é ficção, aquilo que veio aqui apresentar é plenamente ficção.

O Parque da Paz tem um parque infantil praticamente inexistente, a Praça São João Batista, nem sequer tem parque infantil para as famílias, isto é uma realidade que existe espalhada pelo Concelho de Almada e os novos





que se tem vindo a reinventar, são quase afastadores das crianças e das famílias e não atrativos para elas, não sei quem está por trás dessa escolha de equipamentos e da própria estruturação dos parques, mas é algo que tem que se repensar e algo que o Partido CHEGA está a trabalhar, não só dos parques infantis mas das várias propostas apresentadas, para poder devolver novamente a Cidade e as várias Freguesias e o Concelho às famílias, que não é aquilo que temos visto nos últimos anos e nas últimas décadas em Almada.

Relativamente à questão da mobilidade, nós temos que dar os parabéns a mais um movimento associativo que se criou, o Inspira Mobilidade, damos os parabéns e é sempre de louvar haver cada vez mais movimentos associativos dentro do nosso Município e até espalhados pelo país e fica já o convite de na próxima semana, quando for oportuno, nos reunirmos para podermos pormo-nos a pare e debater ideias sobre de que forma é que podemos colaborar convosco dentro do Município.

Outra questão para terminar, que acho que acaba por se cruzar. Nos últimos 50 anos nós tivemos um consórcio socialista/comunista a governar e a degradação dos bairros, a degradação na saúde que nós temos, falta de centros de saúde, falta de habitação, o mar a entrar para dentro das casas das pessoas, efetivamente isto é resultado da falta de investimento que tem existido dentro do nosso Concelho ao longo destes 50 anos. Portanto, a responsabilidade é de todos os que estão aqui nesta mesa, tirando nós com exceção e fica desde já apresentado este desagrado pela forma como isto tem sido desenvolvido ao longo destes anos e viemos para efetuar a mudança.”

#### 5.3.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Município João Costa da Silva, entendo e conheço as suas reclamações. Agora, eu volto a insistir naquilo que já disse uma vez, os serviços de fiscalização já lá foram, o senhor tem toda a possibilidade de não concordar com a interpretação técnica que é feita, agradeço as fotografias que me enviou, mas a Câmara Municipal não pode fazer política de gosto. Portanto, não podemos fazer política de gosto. Portanto, ou há uma violação clara de alguma norma ou o senhor João Costa da Silva afirma que há, eu volto a dizer, eu não tenho competência técnica para isso, e confio naturalmente, neste caso como noutros casos, nos meus serviços técnicos para fazer essa avaliação. Temos debatido isto com a Senhora Vereadora Francisca Parreira, tem toda a legitimidade de continuar a não concordar com aquilo que é a interpretação técnica, agora, eu ouço, registo, está registado, tomo nota, o número do processo, agradeço as fotografias, mas se alguém quiser fazer um bunker no seu terreno, faz. Pode fazer. Ainda estamos num estado democrático.

Relativamente à Senhora Município Amélia Barata. Senhora Amélia Barata, eu não posso estar mais de acordo consigo na importância de termos um espaço público qualificado, de termos parques, de termos jardins, eu não vou entrar nesta contabilidade de quantos parques fizemos ou não, sabemos perfeitamente, não são suficientes. Mas como não são os parques, como não são os pequenos jardins, como não são os passeios e aqui já estou a responder também em parte à Senhora Município Maria da Glória e à Senhora Município Inês Pascoal, em termos de uma mobilidade para todos, uma mobilidade sustentável, há muito, muito espaço para qualificar em Almada. Espero, no entanto, Senhora Amélia Barata, tenho todo o gosto em dizer-lhe aquilo que já temos tentado fazer, nalguns casos grandes obras estruturantes, noutros casos restauração de parques, mas tem razão, mesmo o projeto que lançamos “O meu Bairro”, que é um projeto participativo com as pessoas dos bairros, onde pomos os moradores não apenas a votar por um projeto, mas sobretudo a acompanhar a própria feitura desse projeto, e em muitos deles os moradores votaram em parques infantis, em requalificações, e é esse esforço que estamos a fazer. Há obras estruturantes, como aliás, também, foram mencionadas pela senhora Município Maria da Glória e também pela Senhora Município Inês Pascoal. Portanto, há obras estruturais, nalguns casos tivemos que nos concentrar em grandes obras estruturais. Nós ainda temos Freguesias com uma dimensão enorme de estradas quase em terra batida, o que é incompreensível, e sem nenhum passeio. O Senhor Presidente da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, sabe bem do que estou a falar, aliás, muito tem reclamado com a falta de passei, de estradas alcatroadas e de vias clicáveis, sabemos. Eu não tenho o gosto de conhecer a Roménia, não posso fazer um comparativo, mas é verdade que, no caso de Almada é um esforço contínuo e vamos continuar a fazer.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente à Senhora Múncipe Carla Mourão. Conhecemos bem o problema da vala do 2º Torrão. Eu já disse uma vez, porque nós temos que pedir parecer à Agência Portuguesa do Ambiente, que nos deu uma indicação expressa de que aquilo era para renaturalizar e portanto, que devíamos renaturalizar aquela vala, abri-la toda, e provavelmente isso implicaria depois ter que ver, a sua casa faz parte das casas do Porto de Lisboa, portanto, deve remeter como acho que fez ao Porto de Lisboa. Ali há terrenos contraditórios, seja como for, em caso de emergência como foi o caso aqui há uns meses, tivemos que retirar as casas e existe de facto, a questão da vala e sabemos bem do desmoronamento.

Eu já não sei o que dizer face à indecisão e às respostas contraditórias de algumas dessas entidades que supostamente, nos devem aconselhar, mas que acabam por ser quase fiscais, o fiscal do abandono. Nós não somos pelo abandono, tivemos a certa altura indicações, uma resposta que era para renaturalizar, só que, em simultâneo, na elaboração do Plano Diretor Municipal, o estudo que nós fizemos para o suportar, que aliás, é da mesma pessoa que aconselha a Agência Portuguesa, o mesmo professor universitário, dizem tudo menos isso, é preciso voltar a fazer e até refazê-la e leva-la o mais longe, para evitar o risco de inundação devido à subida do mar, o estudo que nós fizemos é relativamente à subida do mar, entretanto a Agência Portuguesa do Ambiente já vem reconhecer que há de facto, perigo de inundação, que se calhar o melhor é refazer a vala e até usar um bisco de pato que é para evitar que a água entre, portanto, andamos nisto neste caso, andamos nisto no Plano Diretor Municipal, andamos nisto com a Costa Pólis, andamos nisto. É o desespero dos Municípios, portanto, se me permite este desabafo, se o Estado Central, confia em nós grande parte da gestão dos equipamentos de educação, a gestão dos equipamentos de saúde, a gestão dos apoios sociais, mas há um poder que não quer deixar de ter, que é o poder absurdo e não permite que quem faça a gestão do seu território sejam as Autarquias, e que devem ter o poder total face à autonomia do Poder Local Democrático.

Isto é uma posição que só me vincula a mim, não partidária, nem sequer do executivo, mas devo dizer que, há uma canção do Chico Buarque que diz: "Sobre essa matéria, eu já estou de saco cheio". Decidam-se, se é para nos acompanhar, ao menos sejam coerentes nas indicações que dão. Eu de qualquer maneira se estiver com alguma apreensão, nunca hesite em falar com a nossa Proteção Civil, essa a segurança, é a primeira questão que nos preocupa.

Minha cara Inês Pascoal, desejo as maiores felicidades à nova Associação, a rede ciclável vem cá hoje é o ponto 3.11 da ordem de trabalhos, mas é o início de um processo, é um início, não é o final.

Portanto, contem connosco e nós contamos convosco, neste grande debate que certamente vamos ter e sobretudo num trabalho, é um bocado como os parques, é um trabalho que tem que se fazer e de forma regular e constante, mas está revista, está feita, está terminada? Não. É mesmo um pontapé de partida para continuar.

Os centros de saúde, eu vou repetir o que disse. Cara Múncipe Elsa Elias, não é da competência da Câmara Municipal, abrir centros de saúde. Não sei qual é o rácio necessário, essa decisão antigamente era da ARS que neste momento acho que já não existe, e confesso que neste momento, ainda não percebemos se é do Ministério da Saúde ou se é da Comissão Executiva da Saúde. Eu penso que é uma competência que passou para a Comissão Executiva da Saúde.

O que vai abrir na Trafaria, é algo que passou para o Município, é um edifício onde o edifício em parcerias com os centros de saúde, com o HGO, ainda hoje tive o gosto de abrir as jornadas da saúde organizadas pela CUF ou certamente a Egas Moniz, também está disponível para criarmos programas específicos, para certas áreas específicas. E em simultâneo, tentarmos ter pequenos serviços de acompanhamento e de rastreio, sobretudo para as pessoas mais idosas. Dito isto, o novo Centro de Saúde da Costa da Caparica, até lá o que funciona, é o antigo, é o antigo que está a funcionar na Costa da Caparica. Mas como sabemos o problema, lembro que há o Flexibus que é gerido pela WEMOB, Empresa Municipal, que faz já há alguns tempos, o Flexibus que só circulava em Almada, neste momento faz Trafaria, Centro de Saúde passando por Pêra, Passando pelas zonas mais isoladas, onde está a população mais idosa.



Portanto, minha cara Glória, quando pergunta como é os idosos vão à Costa da Caparica, têm o Flexibus para poder levar idosos à Centro de Saúde da Costa da Caparica. Têm o Flexibus municipal graças ao contrato que temos com a nossa WEMOB.

A CDU está bastante espantada de ser acusada de estar em consórcio connosco. Mas acho que a nossa Assembleia Municipal vai demonstrar que o consórcio Comunista/Socialista, eu prefiro mesmo assim esse consórcio do que um consórcio com posições mais parecidas com fascismo.”

5.3.4 – A Senhora Deputada Municipal Maria Rita Magalhães (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao apelo da Senhora Múncipe que veio aqui colocar a questão da necessidade de mais parques infantis do Concelho de Almada, assistimos ao eleito do Partido Socialista Daniel Silva, vir argumentar com a CDU, aquilo que a CDU fez ou não fez, quando esteve no poder. Para repor os factos, a CDU construiu muitos parques infantis de acordo com a legislação existente na altura. Quando a legislação foi alterada, adaptamo-nos, houve parques nomeadamente, os construídos pelos populares nos anos a seguir ao 25 de Abril, que não foi possível reverter pelo custo que implicava.

Portanto, o que nós pensamos é que não se deve argumentar com o que a CDU fez ou não fez, para se justificar o não fazerem agora, apesar como volto a referir, a CDU construiu mais parques infantis do que vocês vão construir se ainda estiverem cá os mesmos anos que nós, que esperamos que não.

Segunda questão Senhora Presidente, sobre o Centro de Saúde encerrado na Trafaria, não sendo competência é um facto, de a Câmara Municipal de Almada, o que a população da Trafaria gostaria de ter visto, era que a Presidente da Câmara Municipal de Almada, estivesse ao seu lado a lutar pela reposição deste equipamento na Trafaria. Teria seguramente, outro peso, nomeadamente, durante a governação do Partido Socialista.”

6 – Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Ficou consensualizada em reunião da Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.1 relativo à “Eleição de Personalidade para integrar a Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”; 3.2 relativo à “Eleição de cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens” e 3.3 relativo à “Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri de Recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”, sendo as respetivas votações feitas em separado.

6.2 – Para apresentar a proposta relativa à “Eleição de Personalidade para integrar a Comissão do Regulamento Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada” usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS);

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para fazer a apresentação da proposta que foi feita e o enquadramento deste nome. Este é um nome por todos reconhecido, falado inclusivamente, entre todos os partidos. Dizer que todos eles foram convidados para subscrever esta proposta, não levantou dúvidas a ninguém que seria a personalidade obviamente, adequada para esta Comissão, julgo que estamos todos de acordo, infelizmente não existiu consenso suficiente para que pudesse ser a própria Assembleia Municipal na pessoa do Senhor Presidente a endereçar o convite, ainda assim, como entendemos que esta personalidade irá ser uma grande mais valia nesta Comissão, não deixamos de o fazer e os partidos e os Deputados que subscreveram foram aqueles que aceitaram subscrever.

Portanto, é o nome que apresentado para que possamos obviamente, dar início aos trabalhos desta Comissão que há muito está para ser criada, e tem muito trabalho para fazer.”

6.2.1 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, do ponto 3.1 relativo à “Eleição de Personalidade para integrar a Comissão do Regulamento Municipal de



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada”, tendo-se verificado o seguinte resultado: 22 votos Sim, e 15 votos em Branco, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada elege personalidade de relevo para integrar a Comissão Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia do Município de Almada, nos termos da alínea d), do artigo 6º, do Regulamento Municipal de Toponímia:*

*Exmo. Senhor Alexandre Magno Flores*

6.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, do ponto 3.2 relativo à “Eleição de cidadão para a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ”, tendo-se verificado o seguinte resultado: 33 votos Sim e 4 Não, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada elegeu, por voto secreto, o cidadão Pedro Miguel Folião Nunes e o cidadão Jefferson Eduardo de Oliveira, para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Almada (CPCJA) em representação da Assembleia Municipal de Almada, ao abrigo do artigo 17º, al. I) da Lei nº 147/99 de 1/9, com a redação dada pela Lei nº 142/2015 de 1/10, e dos artigos 91º e ss do Regimento.*

6.4 – Para apresentar a proposta do ponto 3.3, da ordem de trabalhos, relativo à “Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri de Recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”, usou da palavra a Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

6.4.1 – A Senhora Vereadora Maria Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É uma proposta que já foi aprovada na penúltima reunião de Câmara, mas, entretanto, não houve nenhuma Sessão de Assembleia Municipal e de que consta o 3º e último conjunto de Júris para o recrutamento dos dirigentes que são num número cem para o Município de Almada.

Portanto, estão todos no anexo, alguns deles foi em substituição por mudança de dirigente e nomeadamente, a Dirigente do Departamento de Recursos Humanos, teve que ser substituída. Portanto, com esta aprovação fica completo todo o conjunto dos cem Júris que darão origem à abertura dos concursos para os cem dirigentes do Município de Almada.

Portanto, o que aqui se propõe, é que a Assembleia Municipal delibere a aprovação e a composição destes Júris de recrutamento dos cargos Direção Intermédia que constam deste anexo.”

6.4.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação por voto secreto, do ponto 3.3 relativo à “Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Designação de Júri de Recrutamento dos cargos dirigentes do Município de Almada”, tendo-se verificado o seguinte resultado: 22 votos Sim, 1 voto Não, 13 votos em Branco e 1 voto Nulo, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada nos termos do artigo 13º, nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a composição dos Júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia, nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de julho de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-304-DGRH.*

6.5 – Entrou-se no ponto 3.4 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório semestral sobre atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2023 a maio de 2024)”;

6.5.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente Câmara Municipal;



6.5.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como já vem sendo hábito e aliás, é uma obrigação, o Provedor Municipal dos Animais de Almada, apresentamos as atividades que desenvolveu no último semestre. A somar às várias iniciativas anteriormente apresentadas, integradas nos relatórios, continuam a ser desenvolvidas, muitas destas iniciativas são importantes na continuidade e no seu desenvolvimento.

A Provedoria destaca o acréscimo de resultados de recolha do Banco Alimentar, que aliás, neste momento temos que reforçar e criar um espaço onde possa depositar, instalar em melhores condições e em maiores dimensões do Banco Alimentar e conseqüentemente uma maior abrangência da sua distribuição, em virtude da aquisição de um espaço físico para armazenamento e enaltece e congratula-se, da maior articulação e cooperação com as Forças de Segurança, com o Ministério Público, resultado direto dos fóruns de segurança animal que promoveu.

No seguimento da constituição de uma pareceria com a Escola Superior Egas Moniz, através da sua Associação de Estudantes com vista à formação de voluntários para a realização de visitas pedagógicas a casas com animais acorrentados, verificou-se um crescendo na sensibilização e ajuda no contributo para a melhoria das condições em que vivem estes animais.

Por último, mas não menos importante, o aumento das fiscalizações multidisciplinares no Concelho de Almada, com a coadjuvação das Forças de Segurança e do Serviço Veterinário Municipal, também tem contribuído para o estado de alerta, maior sensibilização da população, para o bem-estar animal, permitindo inclusive o realojamento de vários animais em situação de sobrelotação e em condições indesejáveis.

É por demais evidente que a Provedoria dos Animais continua de resto a ser um agente essencial na comunidade, na defesa do bem-estar dos animais e garantia do respeito por todos os direitos, com a potencialidade inerente ao trabalho em pareceria com entidades e instituições e a população em geral, pelo que se propõe naturalmente, que a Assembleia Municipal delibere favoravelmente este relatório.

Eu quero dar nota que, nesta matéria como noutras matérias, em muitas situações, tudo isto é também todo um sistema de alerta para situações críticas. Às vezes é através da situação de fragilidade de uma família que acabamos por descobrir que há um animal que também está em situação de fragilidade e dificuldade e nalguns casos é o contrário, é a própria situação do animal que acaba por ser o alerta para uma situação também social que também deve ser ocorrida.

Portanto, eu acho que o que é importante é que, não só termos naturalmente, em mente a importância da fiscalização, mas é muito importante este trabalho de pareceria entre o Provedor, o Serviço Municipal do Bem-Estar Animal, a Proteção Civil, mas também sempre que é caso disso, a articulação com os nossos próprios serviços sociais, porque na grande maioria das vezes, o mal ou uma fragilidade nunca vem junto. Portanto, não se trata aqui de estar a acusar, ou a culpar, se houver crime naturalmente, essas coisas fazem-se, mas trata-se de criar uma rede onde qualquer ser vivo que esteja em situação de fragilidade, saiba que há uma rede e que de alguma maneira, é uma estrutura capilar e que comunica entre si e que também permite uma maior eficácia do serviço público, que é para isso que todos nós trabalhamos independentemente das suas funções.

Quero dar nota, por isso é que a independência do Provedor também é importante. É importante que o Provedor tenha essa sua independência na sua ação, embora naturalmente, tenha que apresentar os seus relatórios, mas mantém a sua autonomia de alguma maneira, porque também ele pode exercer esta necessidade de fiscalização.”

6.5.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN);

6.5.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sobre o Relatório do 1º Semestre do Provedor, salientar o trabalho que tem desenvolvido, e sobretudo no âmbito do acorrentamento de animais, uma vez que esta é também uma das nossas grandes batalhas na área animal, pois nunca teremos bem-estar animal enquanto continuarmos a ter animais acorrentados no Concelho.

Seria importante, no entanto, conhecer com mais detalhe os números dos animais acorrentados identificados, como daqueles que já foram ajudados, pois só assim se consegue avaliar o desenvolvimento do projeto e os seus resultados.

Espero que a Câmara Municipal continue a desenvolver o plano e com mais rapidez e que a curto prazo já não tenhamos cães acorrentados em Almada, pois se não existe na Lei uma proibição expressa contra o acorrentamento, temos o Decreto-Lei 276/2001, que diz expressamente, quer os animais devem dispor de espaço adequado às suas necessidades, nomeadamente, a prática de exercício físico. Ora por mais extensa que seja uma corrente, que na maioria das vezes é muito curta, a existência da mesma, nunca permite a prática de exercício físico, a não ser que consideramos o exercício físico nós irmos da cozinha para a casa de banho. É mais ou menos o que a corrente permite fazer aos animais. É esta deslocação.

E nesse sentido, o acorrentamento é sim contra a Lei em vigor e por isso falta de legislação expressa não é impedimento para a total implementação do plano proposto e da proibição expressa do acorrentamento no nosso Município.”

6.5.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 12 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea f) do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada (dezembro de 2023 a maio de 2024), nos precisos termos da deliberação camarária de 1 de julho de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-343-GP.*

6.6 – Entrou-se no ponto 3.5 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Almada para a redefinição do uso do solo em áreas específicas abrangidas por Espaço-canal, decorrente da caducidade da reserva de solo afeta à execução de infraestruturas urbanísticas”;

6.6.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.6.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser breve na apresentação desta proposta, porque esta proposta embora seja fácil de explicar, é relativamente complexa do ponto de vista técnico.

Em todos os Planos Diretores Municipais, são criados espaços canais para obras futuras.

Os Planos Diretores Municipais têm um prazo de execução. Nós estamos a falar aqui de uma alteração do Plano Diretor Municipal atual, o que está em vigor neste momento. Portanto, estamos a falar de um Plano Diretor Municipal de 1993, publicado em 1997.

Há uma série de situações, onde existem espaços canais que, ou a obra que estava prevista já foi feita, mas o espaço canal continua lá em vigor; ou a obra que estava prevista nunca chegou a ser feita e entretanto, ao longo



destas décadas, houve outra evolução do território e embora, na realidade, a criação do espaço canal já não tenha validade legal na realidade, como o Plano Diretor Municipal nesta matéria ainda está em vigor, as pessoas proprietárias do terreno, ou quem tenha um projeto, tem a mesma que vir pedir um projeto à Câmara Municipal, os nossos técnicos não podem autorizar simplesmente, porque já não validado aquele espaço canal, tem que ser declarado por um Juiz e portanto, tudo isto torna o processo muito mais burocrático.

A Câmara Municipal tem tido várias ações administrativas em Tribunal, que naturalmente, nós sabemos que a pessoa tem razão, mas tem que ser declarado.

Portanto, o que aqui trazemos de uma forma resumida, é que há uma caducidade de reserva de solo que é reconhecida e é pedir esse reconhecimento geral a todas as que estão identificadas naturalmente, nesta proposta, e não caso a caso, de modo a poder agilizar uma data de processos, para cada uma delas de fazer todo um processo moroso, burocrático e assim de alguma maneira, prejudicar em muitos casos as pessoas, os proprietários, ou até projetos sejam eles públicos ou privados.

Portanto, é isso que nós vos trazemos aqui.

Há inclusivamente parcelas que não foram adquiridas pela Administração Pública no prazo estabelecido pelo Plano Territorial, ou num instrumento de programação ou no prazo subsidiário de 5 anos, portanto, na realidade caducam, mas importa regularizar as normas no PDM para que se possam agilizar uma série de processos. Têm o detalhe na proposta do que são.

Obviamente, aquelas que são mais estruturantes, seja a expansão do metro, seja inclusivamente, essa nunca esteve verdadeiramente definida, estava só indicada como uma possibilidade de uma nova travessia no seguimento da criação da A33, continuam salvaguardadas e mantem-se na proposta do novo PDM, que entretanto, também já foi aprovada pela Câmara Municipal, por esta Assembleia Municipal e que está ainda na fase de concertação, aguardando nós a resposta das entidades, na esperança que este processo possa ser o mais rápido possível.

É a forma que eu consigo explicar, com menos tecnicidade, mas de forma mais clara do que é que está de facto, aqui em cima da mesa, essa simplificação de reconhecimento de direitos que são na realidade das pessoas. É uma forma de agilizar estes procedimentos.”

6.6.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 23 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, e 4 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do n.º 7, do artigo 123º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprova a alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Almada para a redefinição do uso do solo em áreas específicas abrangidas por Espaço-canal, decorrente da caducidade da reserva de solo afeta à execução de infraestruturas urbanísticas, nos precisos termos da deliberação camarária de 15 de julho de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-341-DPT.*

6.7 – Entrou-se no ponto 3.6 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Wemob – Contrato-Programa 2024”;

6.7.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.7.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Este ponto do contrato programa da WEMOB, vem na persecução daquilo que é o Plano de Atividades Anual desta empresa. O documento foi apresentado, este contrato programa surge sempre com propósito de ter aqui uma comparticipação a todos os serviços que a empresa presta, com uma dimensão de serviço público que por essa via também não há uma obtenção de lucro ou neste caso aqui de uma atividade que seja rentável e, portanto, há aqui a existência de um contrato programa.

Fruto também daquilo que tem sido a gestão e o regresso à positividade da empresa, nomeadamente, numa altura pós COVID, isso foi muito importante também para iniciar um trajeto de redução desta contrato programa que, pelo segundo ano consecutivo, este contrato programa vê uma redução simbólica, mas ainda assim, uma evolução naquilo que é o valor global desta contrato programa, que ainda assim, não deixa de financiar todas as atividades que se propõe, neste caso em específico o Flexibus, aquilo que é o serviço do Flexibus, também a gestão e exploração de parques de estacionamento, também aquilo que é a remoção de veículos em fim de vida e também a fiscalização de estacionamento de lugares de residentes e também dos dísticos.

Portanto, aquilo que se propõe é a aprovação deste contrato programa no valor 480 mil euros para este ano de 2024.”

6.7.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 21 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU e 6 abstenções sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea n), do n.º 1 do artigo 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a minuta do contrato-programa para 2024 da Wemob, E.M., S.A., nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de agosto de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-395-GP.*

6.8 – Entrou-se no ponto 3.7 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada”;

6.8.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Também esta proposta pela morosidade do procedimento do Plano Diretor Municipal, no âmbito da concertação com as entidades externas, como eu já referi. A dificuldade até de entender nalguns casos o que estas entidades nos pedem e qual é a sua pretensão, há uma série de pequenas questões que nos exigem pensamos nós, para que o Município possa funcionar, alguns ajustes, nem que sejam suspensões temporárias ou definitivas como aquela que acabamos de aprovar há pouco.

No entanto, o PDM já não constitui um instrumento capaz de dar resposta aos processos de crescimento orgânico sobre as áreas rurais, essas zonas de matriz rural ficaram enquadradas no PDM em vigor como espaços habitacionais de baixa densidade, que aliás, é o que está identificado neste momento, aliás, grande parte da Charneca de Caparica e Sobreda é nisso que está, sobre as quais está a ocorrer um desenvolvimento urbano suportado por urbanizações de habitação de tipologias em moradia, que redundam em malhas urbanas com rarefação de espaço público insuficiente em áreas de cedência para equipamentos.





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Isto significa que há grandes zonas do nosso território onde apenas é permitida a construção da moradia. Quem tem um lote faz do seu terreno o que entender, se quiser fazer uma moradia, faz uma moradia, mas até no respeito pelas leis gerais do urbanismo, deveria poder fazer outra coisa se assim se respeitar os outros parâmetros normais. Ora, o PDM atual cria essas limitações.

Este modelo urbano impõe uma pegada ecológica muito pesada, para as atuais e futuras gerações na medida em que espalha em extensão as infraestruturas urbanas, a impermeabilização dos solos, com custos acrescidos de gestão e manutenção, não permitindo sequer em muitos casos um transporte coletivo eficiente, tipicamente localizado em áreas de urbanizações compactas. Temos essa dificuldade grande quando queremos criar uma rede de transportes, ou uma via Bus ou mesmo redes clicáveis.

Tem sido também esta norma que tem participado de alguma maneira para o caos, organismo ou este desenvolvimento inorgânico. Assim, numa lógica de sustentabilidade territorial, um modelo de desenvolvimento preconizado na proposta da Revisão do PDM, propõe a alteração de pressupostos de urbanização, apostando na transformação morfológica dos territórios interiores, com vista a uma progressiva compacidade urbana, à emergência de centralidades locais, e uma mistura de funções urbanas.

A nova proposta do PDM até aumenta as zonas de proteção verde, como as zonas de rede ecológica nacional, e para isso promove de alguma maneira, a condensação para haver um crescimento menos horizontal e permitir um crescimento mais na vertical. Em vez de ser só a moradia, poder ter sempre no respeito pelas regras, mas ter dois pisos, três pisos, quatro pisos e ter aqui um espaço mais compensado.

Isto tem um impacto enorme em termos ecológicos, tem um impacto enorme em termos de eficiente das infraestruturas, de todos os níveis e sobretudo liberta espaço público. Falávamos dos parques infantis, falávamos dos espaços verdes, falávamos de hortas urbanas, falamos de tudo aquilo que faz uma cidade hoje em dia, falamos também de estruturas de saneamento, por exemplo, em vez das fossas, da multiplicidade de fossas, falamos de acabar com os furos da água de forma caótica e muitas vezes pouco vigiada, e, portanto, é essa a proposta.

Nesse sentido, propõe-se que a Assembleia Municipal, delibere favoravelmente e porque estamos neste processo de aprovação final, e esta matéria não obteve nenhum reparo negativo à proposta do PDM, propomos a submissão da proposta de medidas preventivas estabelecidas por motivo de Revisão do Plano Diretor Municipal, a parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo.

O que os Senhores Deputados vão aqui votar não é ainda a alteração definitiva, apenas vos pedimos a vossa aprovação para que esta proposta possa ser enviada à entidade competente, neste caso, é a CCDR de Lisboa e Vale do Tejo.”

6.8.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Rafael Fernando dos Santos (CHEGA), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.8.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Rafael Fernando Santos (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente eu fico aqui na dúvida relativamente a uma questão.

Nós estamos a falar de um PDM que já dura como referiu, há algumas décadas, que está para fazer uma renovação, ele é muito antigo.

O que nós vemos é que nesta Sessão já vamos numa segunda votação relativamente à questão do PDM. Isto parece uma manta de retalhos que, sistematicamente andamos aqui a fazer alterações, aprovações, adendas, em vez de se trabalhar afincadamente, numa proposta efetiva de uma alteração do PDM, mais aproximada da realidade que temos hoje. Isso só revela a incompetência, a incapacidade dos últimos executivos nos últimos anos, de ir sistematicamente em prole da evolução que temos tido no nosso Concelho.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Portanto, ao invés de se calhar perdermos tempo em sistematicamente estarmos a fazer adendas e alterações e daqui a dois anos voltamos a fazer outra vez porque não está feito, se calhar o que interessa é debatermos efetivamente de forma eficaz, célere essa alteração efetiva do PDM.

Se por um lado, algumas até podem fazer algum sentido, talvez como a última que apresentou, esta em alguns momentos retira até mesmos direitos de igualdade, por exemplo, dos cidadãos, que veem no seu terreno a impossibilidade de fazer determinadas coisas que os seus vizinhos fizeram.

Portanto, temos que ter algum cuidado da forma que lidamos com esta situação, porque corremos efetivamente o risco de colocar, é muito bonito a questão da parte ecológica e compreendemos e somos a favor relativamente a isso, mas as coisas têm que ser concretas, efetivas e planeadas, para uma alteração eficaz de um PDM. Não trabalharmos sobre um PDM que tem trinta anos e que como não resolvemos, andamos aqui sistematicamente a fazer uma manta de retalhos.

Isso só demonstra sistematicamente a incompetência e incapacidade dos últimos executivos e do seu executivo, de fazer no concreto algo efetivo para a Cidade de Almada.”

6.8.2.2 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal com todo o respeito, mas a sua intervenção só demonstra o seu total desconhecimento do que está a falar. Total desconhecimento. É que eu nem sei por onde começar. Eu bem sei que o Senhor Deputado Municipal é novo, eu por acaso não o conhecia, bem-vindo a esta Assembleia Municipal. É verdade que eu não frequento muito os Deputados do CHEGA, é um facto. Mas conheço o vosso líder há muito tempo, e penso que inclusivamente o PDM já foi muito debatido.

Portanto, não só não percebeu nada da minha intervenção, porque a proposta que aqui vem é uma autorização da Assembleia Municipal, para que esta medida possa ser enviada à CCDR, por outro lado, eu tenho todo o gosto se a sua bancada não lhe fez chegar, de lhe fazer chegar a proposta de PDM que já foi elaborada e verá que está muito longe de ser uma manta de retalhos.

Se me está a perguntar que era bom que nós tivéssemos já uma aprovação e a renovação de um PDM que tem mais de trinta anos, eu digo-lhe já que sim. Mas de facto, não depende de nós.

Portanto, eu não lhe posso responder mais porque, japonês e Mandarim não são a mesma língua, portanto, não devemos estar a falar da mesma coisa.”

6.8.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para referir aqui um facto muito simples.

Estamos há trinta anos para rever o PDM e é sempre a culpa de alguém. Mas eram órgãos nomeados e geridos por quem? Eram por Governos do PS? Nos últimos trinta anos quem é que geriu APA; ICNF, todos os órgãos que hoje em dia são um impedimento para a resolução dos problemas. Afinal quem é que os nomeou? Quem é que os gere? Quem é que os mantém ao longo de tantos anos? É que de repente, um problema surge, a Câmara faz como inocente todo este processo, mas esquecemos que o partido base de todos estes organismos é o mesmo, é o Partido Socialista.”

6.8.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 33 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE; 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 2 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 2 abstenções sendo 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:



### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do n.º 1, do artigo 137º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprova as medidas preventivas estabelecidas por motivo da Revisão do Plano Diretor Municipal de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de agosto de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-356-DPT.*

6.8.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por Escrito.

6.8.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA votou contra a proposta do executivo municipal por considerar que a mesma viola de forma particularmente grave os direitos constitucionais dos cidadãos, nomeadamente os de liberdade e igualdade face a outros cidadãos que, ao longo dos últimos anos, ao abrigo do PDM em vigor efetuaram construções, aquisição de terrenos, pedidos de licenciamento, projetos a arquitetos, entre outras diligências, tendo em consideração o PDM em vigor, aos quais a autarquia, nas competências que lhe são próprias deliberou em conformidade.

O que agora esta proposta pretende implementar, sob a capa de “Medidas Preventivas” e desculpas ambientalistas, não passa na verdade de mais uma tentativa deste executivo querer camuflar a sua incompetência e a sua incapacidade executiva.

O Plano Diretor Municipal em vigor, aprovado em 1993 e ratificado em Conselho de Ministros em 1997, foi alvo de duras críticas pelos partidos que hoje compõem o executivo durante as duas últimas eleições por o mesmo se encontrar desatualizado face ao desenvolvimento da região nas últimas décadas. O Partido CHEGA tem sido desde a primeira hora bastante crítico não só relativamente ao carácter obsoleto do atual PDM, quanto à incapacidade e incompetência para concretização de um novo.

A proposta de revisão do PDM de Almada foi submetida a deliberação de Câmara, já no final do primeiro mandato da gerigonça que governa o município. Foram precisos 4 anos e o aproximar de eleições para que o então executivo camarário apresentasse uma proposta de revisão de PDM. A Comissão Consultiva emitiu o seu parecer em menos de 6 meses, em Dezembro de 2021 e desde então 3 anos se passaram e ainda não existe nova proposta de revisão do PDM. Do que estão à espera? Do aproximar das eleições de 2025? Rasgaram as vestes na oposição, mas há 7 anos que têm o “comando do leme” e o barco continua no mesmo lugar.

As sistemáticas propostas de alteração provisória, refletem esta mesma incapacidade e incompetência que o CHEGA tem vindo a desmascarar. A incapacidade de concretizar em tempo útil uma proposta que vá de encontro às necessidades do município, leva-nos a estas sistemáticas propostas avulso, tapando o desenvolvimento de Almada com uma manta de retalhos.

A eliminação de direitos dos cidadãos decretada por medidas avulso, sob um PDM em vigor, mesmo que desatualizado face à realidade atual, resulta num atentado aos cidadãos que vêm as suas legítimas pretensões e os seus direitos reduzidos ou mesmo castrados devido a esta proposta do executivo municipal.

Além de que outras questões se levantam. A título de exemplo, uma das justificações apresentadas é o processo de urbanização de baixa densidade que se vem verificado nas zonas identificadas nesta proposta e que o PDM em vigor permite e, substituir a limitação existente para uma que permita a construção coletiva por exemplo em propriedade horizontal, mesmo que comprometa a atual estética urbanística. A quem servirá na realidade esta proposta? Parece-nos claro que fica aberta uma porta à especulação imobiliária.

Os almadenses precisam de um executivo forte e determinado, que não se curve aos interesses político-partidários e que ponha o desenvolvimento do concelho em primeiro lugar, a par do cumprimento aos mais basilares direitos de um estado democrático.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Neste sentido, o nosso voto contra esta proposta, vai de encontro ao firme propósito que o CHEGA tem de atender às necessidades dos cidadãos de Almada e de avançar com responsabilidade no caminho de um desenvolvimento mais equitativo, igualitário, e sustentável para o Concelho.”

6.9 – Entrou-se no ponto 3.8 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Celebração de Contrato Interadministrativo entre o Município de Almada e a Junta de União das Freguesias de Caparica e Trafaria”;

6.9.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.9.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta de facto, não tem a ver com os contratos interadministrativo, tem a ver com os protocolos que a Câmara Municipal tem celebrado com as Uniões de Freguesia para algumas obras urgentes, e neste caso são obras nos mercados, no Mercado de Almada, Mercado Municipal do Monte de Caparica e no Mercado Municipal da Trafaria.

O que vos apresentamos aqui é, dado, o grande volume de obras que a Câmara Municipal tem em curso neste momento, tem de facto, celebrado este tipo de protocolos com várias Uniões de Freguesia, assim como aliás, tem celebrado este tipo de protocolos com alguns agrupamentos escolares, no sentido de garantir maior celeridade e eficácia, nestas obras e de alguma maneira repartir o esforço.

Neste caso, considerando os diagnósticos que foram feitos, considerando também nalguns casos os pré-projectos que foram acordados em colaboração com a União de Freguesias de Caparica Trafaria, vimos propor aqui que, neste momento e a título excepcional, se celebre com a Junta da União de Freguesias, um contrato interadministrativo de delegação de competências, com vista à delegação da competência relativa à obra estrutural de substituição das luminárias nos mercados municipais já identificados.

No fundo esta proposta tem estes dois pontos, é a delegação na União de Freguesias a título excepcional desta competência e a aprovação naturalmente, da minuta do contrato interadministrativo a assinar com a União de Freguesias de Caparica Trafaria.”

6.9.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 34 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, e 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea k), nº 1, do artigo 25, anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a celebração de contrato Interadministrativo de delegação de competências entre o Município de Almada e a Junta de União das Freguesias de Caparica e Trafaria de instalação/substituição da iluminação do Mercado do Monte da Caparica e do Mercado Municipal da Trafaria, nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de agosto de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-333-DMERC.*

6.10 – Entrou-se no ponto 3.9 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Retificação das peças do CS02891S2023, para concessão do direito de uso privativo de espaço público, para instalação de 82 postos de carregamento de baterias de veículos elétricos”;

6.10.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

6.10.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que se trata de aprovar nesta Sessão da Assembleia Municipal, já decorreu e esteve presente em reunião de Câmara, ali foi também aprovado, trata-se submeter à Assembleia Municipal, a ratificação, o despacho da senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, de 5 de julho de 2024, conforme documento que anexamos e que está anexo a esta proposta.

Na sequência da aprovação desta mesma proposta por unanimidade, na reunião de Câmara do passado dia 19 de agosto, submete-se à Assembleia Municipal, esta ratificação.

Trata-se de um ato formal preparatório, naturalmente, para poder fazer prosseguir um procedimento em que foram solicitados esclarecimentos às peças do procedimento por interessados neste mesmo procedimento. E que se tratam, naturalmente, de instalar 82 postos de carregamento de baterias de veículos e elétricos no nosso Concelho.

É fundamental ter estes 82 postos para carregamento de viaturas, isto vem na senda daquilo que é também naturalmente, um funcionamento e um encargo, para a sustentabilidade do nosso planeta, Almada é percussora também nesta matéria, e a sustentabilidade e a eficiência económica, pressupõem também um investimento neste projeto.”

6.10.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 35 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito IND - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada nos termos da alínea p) do nº 1, do artigo 25º, anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a retificação das peças do CS02891S2023, para concessão do direito de uso privativo de espaço público, para instalação de 82 postos de carregamento de baterias de veículos elétricos, nos precisos termos da deliberação camarária de 19 de agosto de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-364-DCOMP.*

6.11– Entrou-se no ponto 3.10 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revogação de deliberação de Câmara nº 88/2019. Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução, Local Cível e de Trabalho de Almada. Edifício e estacionamento na rua da Cooperativa Piedense, nº 94, Cova da Piedade. IGFEJ, I.P.”;

6.11.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.11.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é daquelas propostas, que é com bastante desilusão, que trago aqui, porque esta é para a revogação de uma decisão desta Assembleia Municipal, na altura do protocolo proposto para a criação na Cooperativa Piedense, de instalar lá um tribunal do Trabalho.

Isto foi em 2019, na altura chegamos a trabalhar num projeto de arquitetura, na expansão com os arquitetos aliás, do IGFEJ, e depois, entretanto, durante a pandemia com base já nesse protocolo, este equipamento foi fundamental para garantir alguma retoma da atividade dos Tribunais, foi instalada uma sala de audiências na grande sala.

Entretanto, houve mais pedidos, de facto, pedidos até da medicina legal, chegaram a pedir para poder instalar lá no âmbito, nós dissemos que da nossa parte nada teríamos a opor. Ainda se voltou a ver questões arquitetónicas, mas na realidade nunca houve por parte do Ministério da Justiça e nas várias entidades que dele dependem, nunca houve nenhum verdadeiro interesse, iam pedindo informações aqui, ali, e depois eram outros serviços.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Entretanto, devido à situação do Museu Naval, nós instalamos lá as reservas arqueológicas, portanto, estão no rés-de-chão.

Durante este tempo foram sendo feitas obras de manutenção, nomeadamente, para a instalação da sala de audiências, foi o Município que fez as obras, que limpou, que pintou, que pôs aquilo em condições, em condições mínimas, mas pôs, e face a uma indecisão permanente, acabamos por perguntar, definitivamente, se era para prosseguir o protocolo, sim ou não, porque aquele equipamento é demasiado importante para o coração da nossa Cidade e da Cova da Piedade.

A resposta está lá, eu não sequer comentar os termos da resposta porque dizem que é por falta de resposta do Município, e eu acho que aqui chegados o melhor é deixarmo-nos de polémicas, a verdade é que entretanto, também surgiu uma necessidade cada vez maior por parte do Município, por parte do Departamento da Cultura e em particular por parte de outro Departamento do Património, necessidade de espaço.

Nesse sentido, estamos a elaborar um novo caderno da ocupação do espaço que passará a ser um edifício totalmente municipal, ai sim, assumindo totalmente as reservas arqueológicas e um laboratório até de estudo e de reabilitação que está a funcionar muito bem com a pareceria com a Universidade Nova e a Clássica, também é um espaço de pareceria com Universidades que está a ganhar uma importância cada vez maior, já estamos a fazer algumas visitas culturais nesse sentido, e a ideia é então retomarmos, provavelmente instalarmos lá todos os nossos serviços culturais ou grande parte deles, precisamos também de um arquivo fotográfico porque também não temos espaço para ele, a própria Casa Pragana vai entrar em obras e nesse sentido, achamos por bem trazer aqui esta proposta.

É uma porta que se fecha. Só estou a dar nota que o que já está em curso é um outro destino para aquele equipamento, sendo que, a grande sala, que aliás é muito bonita e a escadaria, o que se pretende é que volte a ser um espaço público e permitir que a Cova da Piedade passe a ter também um equipamento cultural, um equipamento de exposição, um equipamento de uma sala de espetáculo, o que se pode fazer em salas de ensaios para grupos, portanto, devolver também parte daquele equipamento à comunidade agora sim, mais ligada à atividade cultural.

Todo o trabalho que já foi feito e que agora tem que ser naturalmente, retomado noutros termos, da instalação das nossas reservas arqueológicas que são muito grandes, e podendo inclusivamente, ter espaços de visitas e até espaços positivos, é um destino que também nos agrada.

A Cooperativa Piedense voltará mais brevemente a ser devolvida aos almadenses, que apesar de tudo era esse o grande intuito, tanto a decisão anterior, como do futuro projeto da Cooperativa Piedense, que teremos depois, uma vez finalizado projeto, teremos naturalmente todo o gosto em partilhar com as Senhoras e Senhores Deputados.”

6.11.2– Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea i), nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a revogação da deliberação tomada em reunião de sessão ordinária, realizada no dia 22 de fevereiro de 2019, na qual aprovou a Proposta nº 62/XII-2º de iniciativa da Câmara Municipal, aprovada em reunião camarária de 06/02/2019, sobre o “Protocolo para instalação dos serviços dos Juízos de Execução, Local Cível e de Trabalho de Almada”, correspondente à cedência do imóvel descrito na 2ª Conservatória do Registo Predial de Almada sob o nº 341 da freguesia da Cova da Piedade, e inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas sob os artigos 3530 e 5187, respetivamente, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. (IGFEJ), para instalação dos Juízos de Execução e Trabalho de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-285-DPAT.*



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.12 – Entrou-se no ponto 3.11 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Revisão de Rede Ciclável para o Concelho de Almada”;

6.12.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.12.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais,

Esta proposta que trazemos aqui hoje, já foi aqui referida, é por fim, a proposta de Revisão da Rede Ciclável para o Concelho de Almada.

O crescimento urbano e a densidade populacional nas Cidades, tem impacto direto na mobilidade e na qualidade de vida dos cidadãos.

Confrontados com os desafios ambientais e energéticos, é essencial adotar soluções de mobilidade mais sustentáveis, como a promoção do uso de bicicleta em complementaridade aliás, com todas as outras formas de mobilidade com particular enfoque ao transporte público, que como sabem, foi no mandato anterior e até ao início deste mandato, uma das grandes prioridades, deixando só este pequeno à parte a denunciar que de facto, Almada é dos Municípios que mais aumentou a utilização de transportes público, o que vem de facto, comprovar, que não basta a desculpa para não haver mais transporte público era porque não havia procura, criamos oferta com a nova rede de transportes públicos e a procura veio e é cada vez maior e é exponencial.

O mesmo se pode passar com estes modos alternativos de mobilidade e com a mobilidade suave, eu estou certa que haverá uma cada vez maior utilização se foram criadas as condições para tal.

O Município está comprometido com esta atualização da sua rede ciclável, para melhor atender às necessidades atuais, mas sobretudo para estimular também justamente, a sua utilização e criar novos modos e novas formas e até um estilo de vida mais saudável.

A rede será hierarquizada em três níveis que depois devem ser trabalhados com mais detalhe, uma rede principal focada em deslocações pendulares e ligações aos principais polos tanto do Concelho, como dos Concelhos vizinhos, e, portanto, há essa rede a partir da qual e aqui também estamos a falar de capilaridade é uma noção fundamental.

Há uma rede complementar conectando a rede principal a percursos turísticos, de lazer e a equipamentos de referência, porque isto também é importante.

Há duas dimensões que são importantes nesta rede ciclável, em que há um enfoque muito grande naquilo que é a mobilidade funcional quase diária e quotidiana de quem se desloca para o emprego ou de quem quer ir até a um interface de transportes, a deslocação normal e urbana, mas também há e o nosso Município assim o permite, há também a prática desportiva, a prática de lazer, a prática turística, a valorização do património natural.

E por fim, também temos uma rede local e esta é muito importante, ao nível sobretudo para um território com as nossas características e a nossa diversidade, que é para deslocações de proximidade como redes escolares, comerciais, mas também, redes de deslocação até dentro dos bairros, num trabalho conjunto em termos daquilo que é a requalificação do espaço público.

A evolução desta rede levará em consideração a manutenção, resolução, descontinuidades, a integração com novos desenvolvimentos urbanos e transportes públicos, e a revisão será ainda alinhada com o Plano Diretor Municipal e o Plano Climático de Almada.

Não é uma manta de retalhos, está tudo organizado em função daquilo que tem sido os vários planos estratégicos para o Município que se respondem, garantindo que a Cidade avance em direção a um futuro mais sustentável e acessível.

Assim, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere favoravelmente a proposta de Revisão da Rede Ciclável de Almada, constante do anexo, sendo que naturalmente, esta rede será depois também debatida com as



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

associações específicas, como aquela que veio aqui hoje apresentar-se, mas também com associações de moradores, com agrupamentos de escola, com os comerciantes, com a parte económica, queremos que de facto, depois, haja um grande envolvimento da comunidade nesta ação de revisão, a partir desta planta inicial para que de facto, passe a ser aqui a grande sustentação para todas as outras.

Só uma nota, todas as obras de requalificação do espaço público que temos feito, englobam sempre que possível, a criação de redes cicláveis, é caso disso a Estrada Florestal, é caso disso a Avenida do Mar, portanto, estas são as mais emblemáticas, mas também ou a reabilitação, ou a criação de novos espaços cicláveis, tem sido outra das grandes prioridades. Neste caso estamos a falar naturalmente, de grandes eixos estruturantes e que já estão contemplados na rede e é importante terem a noção que esta rede também é fundamental para obras futuras mesmo que seja de outra dimensão e de outra qualidade, obras de reabilitação como aquelas que temos feito no nosso território.”

6.12.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), José António Rocha (BE), Rafael Fernando dos Santos (CHEGA) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.12.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, o CDS-PP saúda esta proposta apresentada pela Câmara Municipal, mas neste que poderá ser um complemento daquilo que são os novos meios de transporte de deslocação eficientes e ecoeficientes, não podemos esquecer aqui duas ou três situações.

Como disse, saudamos a proposta e que venham mais redes cicláveis e que venham mais transportes alternativos, amigos do ambiente, podemos tê-las. Agora temos é que ter as vias cicláveis, cicláveis.

Ou seja, infelizmente, encontramos um pouco por todo o Concelho, ainda agora a Senhora Presidente falou na Avenida do Mar, se a Senhora Presidente passar pela Avenida do Mar, poderá verificar o estado em que estão as vias cicláveis, nomeadamente, a manutenção.

Portanto, acho que devemos ter mais destas alternativas, mas tem que haver manutenção. Não podemos só vir aqui fazer novas propostas, apresentar o aumento a rede ciclável e depois não haver manutenção, porque passado um tempo, a mesma fica sem aquele efeito para o qual ele é devido.

Portanto, em termos de limpeza outra questão também Senhora Presidente, nomeadamente na Costa da Caparica, nós vemos muitas vezes para além da falta de manutenção e de limpeza, podemos também encontrar infelizmente, o uso abusivo deste mesmo espaço, nomeadamente, com carros a obstruir estas vias, e o que nos leva aqui também mais uma vez e voltamos a falar, a falta de fiscalização e de entendimento que possa haver, e de coordenação também com as forças policiais para que estas vias tenham efetivamente, a finalidade para a qual ela prevista.

Portanto, em resumo, Senhora Presidente, aquilo que nós vimos aqui dizer, concordamos com o aumento deste transporte alternativo das redes cicláveis, mas tem de haver limpeza, manutenção e fiscalização, para possa ser devidamente dado o seu uso para que os cidadãos possam efetivamente, em família ou individualmente, utilizar estas vias alternativas.”

6.12.2.2 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Não obstante o facto de não inviabilizarmos esta proposta, temos que deixar aqui algumas considerações e começaria com um curtíssimo histórico que achamos relevante.

O Plano Ciclável de Almada é o que está em vigor desde a sua criação em 2005, com um plano de estudo específico realizado pela Agência de Energia de Almada, Instituto Superior de Agronomia e pelo Centro de Arquitetura Paisagística.





Propunha-se à data, ligar aos principais pontos, equipamentos coletivos do Concelho, espaço público, jardins, escolas, interface de transportes.

Concluindo, o estudo determinou três categorias de utilização da rede ciclável num total de 223 quilómetros. Aqui chegados, 19 anos depois, o que temos são 30 quilómetros de rede ciclável dos 223 quilómetros previstos. Executados em variadíssimos troços fragmentados e sem ligação ou qualquer complementaridade entre si. E acrescenta-se a isto, o facto de a maior parte desses troços se encontrarem num estado deplorável, a precisar de obras de reabilitação, enfim, imagem de marca do executivo PS/PSD em Almada.

E tome nota Senhora Presidente, desde 2017, em 7 anos deste executivo PS/PSD, foram executados apenas 7 quilómetros, 4 quilómetros na Estrada Florestal e 1 quilómetro de alcatrão supostamente permeável na Fonte da Telha e 1,8 quilómetros ciclo trampa na Sobreda, ou seja, um quilómetro ciclável por cada ano da gestão do PS/PSD, nesta Autarquia.

E quando lemos e analisamos o novo Plano Ciclável de 2024, concluímos que é pouco mais que uma cópia resumo do Plano 2005, com a diferença que reduz o Plano de Rede Ciclável para 390 quilómetros, ou seja, menos 305 quilómetros relativamente ao plano original.

E que vamos ouvindo, não só das associações como também dos munícipes que nos querem dar a sua opinião relativamente a esta matéria, é que em termos de rede ciclável, a ligação do Centro Urbano de Cacilhas às praias da Caparica, é visto como um dos principais eixos estruturantes de Almada.

E mais uma vez, Senhora Presidente, peço-lhe que tome nota, para que esta obra se concretize com uma via em condições mínimas de salubridade, segurança, faltam implementar apenas 8 quilómetros de via do domínio público existente. E deixo mais uma informação adicional, já está previsto o Plano de Rede Ciclável de 2024?

Disto isto, o que lhe perguntamos, é se esta é uma obra para avançar ou se é apenas mais um daqueles projetos que enunciam e que nunca se concretiza?

O executivo PS/PSD, não pode apenas dizer como temos ouvido várias vezes, que tem vontade política para avançar com a implementação da rede ciclável. O que têm que fazer é assumir num quadro financeiro realista, para a execução e implementação destas estruturas, como é evidente.

Senhora Presidente, com toda a cordialidade que me caracteriza, permita-me que lhe deixe uma sugestão, não se limite de forma recorrente em cada Reunião de Câmara, em cada Sessão da Assembleia Municipal, a anunciar projetos, a fazer promessas, disso Senhora Presidente estamos todos cansados, execute, faça, é isso que os almadenses querem e é para isso que foi eleita e é para isso que está nesse lugar. Ou seja, cumpra aquilo que prometeu aos almadenses.”

6.12.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Rafael Fernando dos Santos (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente, eu deixo-lhe aqui um desafio de amanhã de manhã, domingo, convido-a a pegar numa bicicleta, podemos ir os dois, e os Vereadores que estão aí presentes na mesa consigo, e fazermos um passeio pelas ciclovias que temos em Almada, quer de dia, quer de noite, vamos fazer um passeio por Almada, pelas ciclovias, para que possa ver efetivamente, que mais uma vez, a utopia que a Senhora Presidente aqui refere está um bocado longe da realidade efetiva que nós temos nas nossas ruas em Almada, quer em questões de segurança, traçados que colocam em risco quer a segurança dos peões, quer dos automobilistas, e do elo mais fraco que é do ciclista, que tem muitas vezes que atravessar zonas do traçado perigosas e que colocam em causa a segurança de todos os que estão na via.

E os novos traçados convém ter isso em consideração, e as próprias manutenções só foram aqui colocadas, manutenções de vias que estão muito aquém daquilo que se deveria e colocam mais uma vez em risco a segurança de todos.

Por fim, durante a semana, se verificar, elas também não são utilizadas, aquilo que referiu dos alunos poderem ir para as escolas utilizando as ciclovias, das pessoas iram para o emprego utilizando as ciclovias, as existentes



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

na Cidade de Almada, muito pouca gente as utiliza, se calhar dever-nos-íamos perguntar porque é que elas não são utilizadas no eixo central da Cidade quando deveriam ser utilizadas.

Mais uma vez falou da questão das escolas, não existe uma educação, o Governo do partido que a sustenta, chegou a prometer há uns quantos anos, haver educação nas escolas até atribuindo bicicletas para os alunos poderem efetivamente, apreender a andar de bicicleta e irem para as ruas andar de bicicleta. Isso nunca chegou a ir para a frente, nem do ponto de vista executivo do Governo a nível nacional, nem a nível da Câmara Municipal. Como que pode falar de pôr miúdos de 10, 12, 14 anos nas ruas a andar de bicicleta quando muitos não as têm e quando têm muitas vezes não sabem andar e andam em conflito colocando mais uma vez a sua segurança em causa e a dos outros peões e automobilistas que andam na rua.

Devemos ter muito cuidado e muita atenção na forma como colocamos estas questões na prática.

É de salutar a criação de mais ciclovias, sem dúvida, no entanto, há muitas questões que ficam por responder e que vão ficar certamente por responder, porque a Senhora Presidente vive num mundo utópico da Cidade de Almada que certamente não conhece.

Portanto, termino como comecei, convido-a amanhã de manhã, às 10H00, encontramos-nos na rotunda do Centro Sul e estarei lá à sua espera de bicicleta, para fazermos um passeio por Almada, vamos percorrer o eixo central de Almada com uma bicicleta. Fica o convite para quem quiser, amanhã às 10H00 da manhã, vamos atravessar o eixo central de Almada de bicicleta, para pôr em prática aquilo que a Senhora Presidente tanto tenta vender aqui aos municípios e na nossa Assembleia Municipal.”

### 6.12.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu agradeço o convite do Senhor Deputado Municipal do CHEGA, eu por acaso tenho outros planos amanhã de manhã, mas aproveito o seu convite para relembrar aqui ao Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, que eu por acaso até fiz um belíssimo passeio no dia da inauguração da Rede Ciclável, na Estrada Florestal, que salvo melhor opinião, de facto, não existia. Portanto, quando me vêm dizer para deixar de apresentar projetos e fazer, eu acho extraordinário, até parece que aquilo que nós fizemos, não fizemos. E que eu saiba, a Avenida do Mar, não tinha sequer prevista nenhuma rede ciclável, permita-me que lhe diga que havia sim, um projeto também para a Avenida do Mar, eu bem me lembro desse projeto e olhe que não constava lá nenhuma rede ciclável. E obviamente, só estou a falar das principais obras mais significativas.

Tem razão, havia um projeto desde 2004, mas como deve saber entre 2004 e 2018, eu sou de final de 2017, não é mim que deve perguntar o que é que aconteceu a essa rede. Eu sei o que é o que fizemos desde então. Revimos a rede em conjunto com o Plano Diretor Municipal que também tem 25 anos na sua revisão e que também não estava feito. Fizemos toda uma nova rede de transporte público em consonância com um Plano Diretor Municipal, acertamos uma rede ciclável que pouco de urbano tinha, tinha muito passeio, tinha muita agricultura, é verdade, tinha muito espaço natural, mas que não estava configurada para ser um verdadeiro meio de transporte alternativo, lamento dizer, e sim, também tivemos que refazer essa questão não perdendo aliás, todo o trabalho, a questão não se tratava de fazer todo o trabalho e portanto, sim, sei muito bem o que é que fizemos.

Não percebi muito bem quais é que foram os cálculos, diz que ,desde 2004 foram feitos 19 quilómetros, sendo que nós já fizemos metade disso, eu acho que essa pergunta e essa intervenção não me será certamente dirigida nem mim, nem aos nossos serviços de planeamento e obras, porque pelos vistos, de facto, há muito tempo que existia uma rede ciclável, é verdade, só que entretanto, o território também mudou e se calhar era preciso de facto, revisita-la com outros olhos e torna-la possível fazer também do ponto de vista, não só pragmático, funcional e económico, porque projetos megalómanos, Almada tem tido imensos, nós somos mais modestos, gostamos mesmo é de gerir o território para as pessoas e que possa servir as pessoas.

Portanto, é isso que me apraz dizer.

Se calhar terá que vir a mais umas sessões para me convencer a ir passear consigo Senhor Deputado Municipal, não me leve a mal.”



6.12.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 12 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU e 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea h), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a revisão da rede ciclável do Concelho de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-380-SMES.*

6.12.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por Escrito.

6.12.3.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA absteve-se relativamente a esta proposta do executivo municipal por considerar que a mesma é manifestamente insuficiente face às reais necessidades da população em toda a extensão do município de Almada.

Há sensivelmente um ano atrás, em Setembro de 2023, o executivo municipal recuperou uma das preocupações da população de Almada: o Plano Almada Ciclável de 2005, em que se previa cerca de 186km de rede ciclável, dos quais foram executados cerca de 35km, ou seja, menos de 20%.

Mais uma vez, a incompetência e a incapacidade de governação deste executivo vêm ao de cima. Apesar de ter sido umas das muitas críticas efetuadas pelos partidos que compõem o executivo municipal dos últimos 7 anos nos períodos eleitorais, a partir do momento que se sentam na cadeira do executivo, mostram-se incapazes de cumprir qualquer promessa eleitora. Foram precisos 6 anos de geringonça governativa em Almada para se retirar da gaveta o dossier do Plano Almada Ciclável e usá-lo como base de trabalho para a execução de um novo projeto sobre a rede ciclável do Concelho.

Os timings de todo o processo são uma anedota, ou não fossem de execução por forma às inaugurações das obras coincidirem com os últimos anos de mandato antes de novas eleições. É o estilo socialista da corta fita, onde os interesses político partidários são sempre colocados à frente dos interesses dos cidadãos.

A Almada que o executivo descreve, é na verdade uma Almada utópica. A Almada onde as crianças e jovens vão de bicicleta para as escolas, onde as pessoas vão de bicicleta para os empregos ou a Almada onde diariamente a maioria dos cidadãos utilizam a bicicleta como meio de transporte preferencial, é uma Almada bonita, mas não existe. Não passa do papel ou da ilusão dos membros do executivo.

Se por um lado reconhecemos que alguns projetos que estavam na gaveta foram em parte – e bem – concretizados, muito ficou ou está por fazer.

Ciclovias impraticáveis, ciclovias onde a segurança dos utilizadores e demais cidadãos é colocada em risco, falta de manutenção, iluminação, sinalização, piso inadequado onde os ciclistas preferem utilizar as estradas (mesmo que degradadas), interceções com passeios e rede viária perigosas, são apenas alguns exemplos dos reais problemas da rede ciclável do concelho. Não basta fazer inaugurações de corta fita em lugares turísticos ou de lazer.

Reconhecer com humildade esta realidade, assim como as dificuldades e a incapacidade para resolver (mais uma) das situações pendentes do município de Almada, confere numa honestidade e responsabilidade à qual não vemos refletida no executivo municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A par destas situações enumeradas, muitas outras ficaram por executar como por exemplo os programas de educação ciclável escolar na rede básica e secundária prometidos pelo governo socialista. Existem autarquias que mesmo com o recuo do governo nacional, reinventaram-se e aplicaram na medida do possível por forma a formar os jovens estudantes e até mesmo os cidadãos no que concerne à utilização de bicicletas e ciclovias.

Pelos motivos acima enumerados e reconhecendo que a par do pouco feito, muito caminho existe ainda a percorrer, começando pelo banho de realidade de que este executivo municipal necessita, reforçamos a nossa abstenção não nos mostrando um obstáculo aos pequenos passos que este executivo se propõe a realizar.”

6.13 – Entrou-se no ponto 3.12 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Início do procedimento por Concurso Público nº CS00441S2024 para “Concessão de serviços de restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas estradas municipais após a ocorrência de acidentes de viação, no Concelho de Almada”;

6.13.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

6.13.1.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trata-se de procedimento cuja fundamentação da decisão está anexa ao processo. Trata-se de informação de serviço oriunda do Serviço Municipal de Proteção Civil, para garantir o serviço de restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas estradas municipais, após ocorrência de acidente de viação, deixando naturalmente, as vias rodoviárias como se encontravam antes da ocorrência dos mesmos, sem resíduos líquidos ou sólidos.

Cabe a esta Assembleia Municipal, autorizar a Câmara Municipal a celebrar contratos de concessão, e é precisamente de um contrato de concessão que se trata e apesar do valor em causa, terá que naturalmente, passar por esta Assembleia Municipal, nos termos da Lei.

O que pedimos é que se autorize a abertura do procedimento pré-contratual, a delegação de competências na Câmara Municipal para os atos subsequentes e a realizar no âmbito do presente procedimento, e a fixação das respetivas condições gerais.

Aprovar as peças do procedimento e o caderno de encargos, designar os Júri do procedimento, delegar no Júri de procedimento as competências que estão descritas na proposta, a competência naturalmente também para prorrogar o prazo de apresentação das propostas e proceder naturalmente aos esclarecimentos solicitados. Designar por fim, o Diretor de Departamento da Proteção Civil, o Senhor Dr. António Godinho, para Gestor do Contrato e autorizar os encargos inerentes ao ato de publicitação do anúncio no Diário da República.

Como os Senhores Deputados e Senhoras Deputadas podem compreender, é uma proposta muito técnica. Mas aquilo que se trata e em boa verdade, no âmbito da abertura deste procedimento, é garantir as condições de segurança rodoviária, que estão estabelecidas também no âmbito daquilo que é a prevenção e a preparação para o risco garantindo a segurança de quem transita nas nossas vias municipais.”

6.13.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais António Pedro Maco (CDS-PP) e a Senhora Vereadora Francisca Parreira;

6.13.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Saudamos a proposta da Câmara Municipal relativamente a esta matéria.

Aquilo que o CDS questiona é se esta mesma proposta é um procedimento para a implementação daquilo que penso que ainda não esteja implementado em Almada, que são os planos municipais de segurança rodoviária. Portanto, se isto é um complemento e se a Câmara Municipal tem efetivamente, ideia e pensa em vir a implementar futuramente esses mesmos planos, ou se para já ficamos só aqui com esta proposta. Porque, com certeza, como todos nós conhecemos, esses planos municipais de segurança rodoviária, ajudam também a



precarer e a sensibilizar para as questões de sinistralidade, portanto, Senhora Vereadora, deixamos aqui o repto para que possa complementar com esta proposta, futuramente esse mesmo plano.”

6.13.2.2 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Almada está alinhada em termos da Estratégia Nacional para a Prevenção Rodoviária. Aliás, eu recordo muito recentemente, no âmbito do mandato anterior, a implementação também de um plano de segurança rodoviária e muitas iniciativas, que foram desenvolvidas no território, na área da prevenção rodoviária.

Ainda continuam a morrer no nosso país, muitas pessoas e é um dos maiores flagelos em termos daquilo que é a sinistralidade e as mortes no país.

É claro que Almada está com essa missão e está naturalmente também alinhada com Estratégia Nacional garantido, para além do mais, que será elaborado no futuro, alinhado com a Estratégia Nacional, um plano de prevenção.

Enquanto ele não existe e até porque como deve compreender, na área da prevenção da planificação e da estratégia Almada tem sido também, em termos de prioridades, tem implementado diferentes planos e não se pode fazer bem tudo só de uma vez, há que priorizar, este será um plano que viremos a concretizar mais tarde, está neste momento no âmbito da nossa missão e no âmbito da nossa visão e ambição do Serviço Municipal de Proteção Civil. Mas, de qualquer maneira, relembro o Senhor Deputado Municipal, que Almada depende do Plano e da Estratégia Nacional, relativamente a esta matéria.

Portanto, este é um contributo para que se mantenha a segurança nas nossas vias, elas têm que ser devidamente limpas, damos aqui um passo, daremos outros, mas acima de tudo, aquilo que se percebe e intui, é que a nível nacional ainda há muito por fazer Senhor Deputado Municipal.”

6.13.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea p), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o início do procedimento por Concurso Público nº CS00441S2024 para concessão de serviços de restabelecimento das condições de segurança rodoviária nas estradas municipais após a ocorrência de acidentes de viação, no Concelho de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 2 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-234-DCOMP.*

6.14 – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Procedimento concursais para cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau – Diretores de Departamento e Chefes de Divisão – Composição dos Júris”;

6.14.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

6.14.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta proposta, foi distribuída aos Senhores/as Deputados/as Municipais, a sua epígrafe também refere do que se trata, pretendemos abrir os concursos, e solicitamos então a aprovação dos Júris para comporem os mesmos e estou à disposição dos Senhores Deputados Municipais para qualquer esclarecimento que entendam necessário.”

6.14.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta por voto secreto tendo-se verificado o seguinte resultado: 21 votos Sim, 15 votos em Branco e 1 voto Não, através da seguinte:



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos do artigo 13º, do nº 1 da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, aprova a composição dos Júris de recrutamento dos cargos de direção intermédia de 1º e 2º grau – Diretores de Departamento e Chefes de Divisão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-471-GP.*

6.15 – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “SMAS – Proposta de assunção de compromissos plurianuais”;

6.15.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador José Pedro Ribeiro;

6.15.1.1 – O Senhor Vereador José Pedro Ribeiro:

“Senhor Presidente, senhores/as Deputados/as Municipais;

Torna-se necessário para o exercício da atividade regular dos SMAS, que esta Assembleia Municipal autorize a assunção de compromissos plurianuais nos termos legais.

A proposta está distribuída e estou disponível para esclarecer qualquer dúvida que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais tenham.”

6.15.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 34 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 3 abstenções sendo 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a assunção de compromissos plurianuais, com vista à abertura de procedimentos de contratação relativo a despesas com a aquisição de bens e serviços imprescindíveis à atividade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-470-GP.*

6.16 – Ficou consensualizado em reunião da Conferência de Representantes a apreciação em conjunto dos pontos 3.15 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”; 3.16 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo” e 3.17 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”;

6.16.1 – Para apresentar as propostas usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.16.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Como é certamente do conhecimento dos Senhores Deputados Municipais, tem estado em curso uma série de negociações no âmbito da transferência de competências para estas três Uniões de Freguesia que não tinham aceite no mandato anterior, as competências que, entretanto, tinham sido já transferidas para a Junta de Freguesia da Costa da Caparica e a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Infelizmente, foi um trabalho longo, minucioso, que exigiu um levantamento exaustivo, não apenas das necessidades dos mapas de quantidade, do detalhe de todas estas funções, são três Juntas de Uniões de Freguesia diferentes, complexas, houve a questão de saber que serviços exatamente passariam ou não, se passariam trabalhadores. O que é certo, é que ao fim deste longo trabalho, não foi possível politicamente chegar a um consenso. Foi aprovado em reunião de Câmara, não foi aprovado nas Juntas de Freguesia, pelo que o processo não chegou a esta Assembleia Municipal para que fosse possível ser aprovado o processo de transferências.

Aqui chegados, era urgente, porque se estava a negociar era a totalidade, as transferências de competências, os contratos Interadministrativos, e a competência dos monos, e nestes três aspetos, havia competências que hoje estamos a delegar e que na realidade já faziam parte do processo de transferência. Aqui chegados foi necessário repegar nos contratos Interadministrativos, repor algumas das competências que na realidade não faz muito sentido que não tenha sido possível coloca-las com transferência definitiva, porque fazem parte do contrato interadministrativo como delegação. Portanto, nós pegamos nas competências que já estavam nos contratos existentes, atualizamos os valores dos contratos existentes, assim repusemos igualdade de tratamento naquilo que é, por exemplo, a recolha de monos no sentido do que já existia para a União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda e a União de Freguesias de Caparica Trafaria.

A atualização dos montantes que aqui estão, são exatamente os montantes que estavam nos contratos de transferência de competências, não houve alteração a esse nível, foi, no entanto, necessário clarificar algumas questões, nomeadamente, em termos de investimento, vamos passar verba. Para a recolha de monos havia um contrato de aluguer de viaturas, viaturas essas que já estão fora de prazo, muito antigas, que aliás, já tinham sido algumas passadas do Município para as Uniões de Freguesia, praticamente em fim de vida, depois foram substituídas por contratos de aluguer, nós neste momento vamos passar verbas para que as próprias Freguesias possam adquirir as viaturas para esse fim, e foi todo este trabalho, de alguma maneira que foi feito, reorganizado sob forma de contrato interadministrativo, já não há a transferência que era a grande questão da varredura, por exemplo, que era algo que aconteceu em muitos Municípios a passagem da limpeza e da varredura já não está, mas estão algumas outras competências como o trabalho junto das escolas, as pequenas reparações, toda a identificação que no fundo são transferidas, que já foram transferidas definitivamente, e que agora voltam a permanecer no âmbito da competência delegada e não transferida.

Resumindo, as competências que aqui têm são basicamente aquelas que as Freguesias já tinham com atualização de valores, trata-se de tapa buracos, pequenos campos de jogos, conservação de muros e moretos, a gestão dos cemitérios municipais quando é caso disso, nas Freguesias neste caso é a União de Freguesias Caparica Trafaria, a recolha de monos com a particularidade agora de se acrescentar verba, 80.000.00€ (oitenta mil euros) para a limpeza que é algo que as Juntas já fazem, mas que não recebiam para o efeito e que as outras duas Juntas recebiam, já tinha sido introduzido, a manutenção de espaços verdes no caso de alguns espaços verdes, no caso da União de Freguesias de Caparica Trafaria, nós queremos passar para as três restantes, dado que já estão na Costa da Caparica e na Charneca de Caparica e Sobreda, não foi possível, só a Caparica Trafaria é que continua com alguns, mas foi necessário atualizar alguns desses espaços. Aliás, havia espaços em zona cinzenta, que já ninguém sabia quem é que devia cuidar do quê, também esse trabalho pelo menos serviu para essa definição, manutenção e reparações, substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público, gestão e manutenção de feiras e mercados, aqui também apenas na Caparica Trafaria, a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos de educação do pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, isto era uma competência que poderia perfeitamente ser transferida, assim como o licenciamento para a ocupação do espaço público, agora fica de alguma maneira clarificado os termos que também poderia ter sido passado como competência definitiva, fica delegada.

Introduzimos de facto, uma verba para limpeza e remoção de grafitis e as pichagens não autorizadas, isto é, de facto, uma inovação que pusemos agora, e que surgiu como uma necessidade, portanto, há atualização de valor a esse nível.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O mais importante disto tudo e que penso que vai permitir ser conjunto com todas as Freguesias, porque agora vamos ter que atualizar algumas das questões com as outras duas Uniões de Freguesia, que é o facto de todos nós passarmos a usar a Câmara Municipal e as Uniões de Freguesia, de alguma maneira tinham a mesma plataforma de incidentes, de ocorrências, o mesmo sistema, só que com nomes diferentes. A ideia aqui é que, dado que é o mesmo sistema, é criar uma mesma plataforma, onde naturalmente, cada Junta tem a sua parte, a Câmara Municipal tem a sua parte, mas que serve de alguma maneira, também de monitorização do nosso trabalho conjunto, de relatório onde todas as ocorrências, sem exceção, são inscritas, assim como, a sua resolução facilitando esperamos nós também, o trabalho das Juntas naquele que é reporte que têm que fazer e que é sempre aqui também ter de introduzir alguma modernização administrativa, e portanto, essa questão também foi introduzida, tem que ser agora atualizada com as outras duas Juntas de Freguesia.

Nesse sentido, em termos financeiros os valores anuais a transferir atualizados automaticamente, à taxa da inflação são: para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, o valor de 624.746.50€ (seiscentos e vinte e quatro mil setecentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos); para a União de Freguesias de Caparica Trafaria o valor de 868.333.45€ (oitocentos e sessenta e oito mil trezentos e trinta e três euros e quarenta e cinco cêntimos) e para a União de Freguesia de Laranjeiro Feijo o valor de 438.704.50€ (quatrocentos e trinta e oito mil setecentos e quatro euros e cinquenta cêntimos).

Dar nota que, em termos de investimento para a competência de recolha de monos, é transferido para cada União de Freguesias, numa única tranche e uma única vez, um montante de 160.000.00€ (cento e sessenta mil euros) para aquisição de viaturas e que será pago de imediato, de uma só vez para terem tempo de as adquirir.

Considerando ainda os princípios de continuidade da prestação do serviço público, da necessidade e suficiência de recursos e da boa administração pública, preveem estes novos contratos Interadministrativos a criação de uma Comissão de Acompanhamento para monitorização deste processo, composta por elementos municipais e das Juntas e a necessidade de centralização da informação, com eu disse, no reporta pela forma informática, Almada Mais Perto.

E assim, após o processo de negociação entre as partes, apresentamos e devo dizer que estas propostas já foram aprovadas nas Freguesias senão não estariam aqui na Assembleia Municipal, apresentamos a proposta de competências a delegar nos Órgão das Freguesias ao abrigo do Regime Jurídico das Autarquias Locais a formalizar através de contrato interadministrativo.

A Câmara Municipal chegou a fazer uma proposta de revisão que nos parecia mais equitativa e equilibrada entre todas as Juntas, na questão da promoção e salvaguarda das populações, houve um consenso entre as Juntas que até final deste mandato essas condições não deveriam ser alteradas, e assim se mantem tal como solicitado pelas Juntas, até ao final do mandato.

No orçamento para 2026 logo se poderá voltar a debater a questão da promoção e salvaguarda.

É mais um passo. Eu estou em crer que continuo a acreditar, que a política de proximidade é fundamental, tenho total confiança nas nossas cinco Juntas de Freguesia, acho-as totalmente capazes de assumir competências como sendo suas, mas naturalmente, todos nós somos órgãos autónomos e respeitamos a decisão democrática que é assumida em cada uma das Autarquias, aceitamos naturalmente, e adaptamo-nos, o importante é dar as condições para que o serviço público possa ser cumprido.

Agradeço naturalmente, todo o trabalho que foi feito com as Juntas de Freguesia e em particular com os serviços e muito particularmente com elementos do meu Gabinete que foram de uma extraordinária dedicação.

Portanto, como eu referi, é mais um passo naquilo que é certamente o melhoramento do serviço público em Almada.”

6.16.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Rafael Fernando dos Santos (CHEGA), João Eduardo Geraldes (CDU), Ana Margarida Lourenço (PS) e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal;





**6.12.2.1 – O Deputado Municipal Rafael Fernando dos Santos (CHEGA):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Isto é um tema curioso, mas isto acaba por ser uma pescadinha de rabo na boca, porque em parte tenho pena de as Juntas de Freguesia apesar de compreender muito bem a delegação de competências que faz efetivamente todo o sentido, mas a Senhora Presidente esteve aqui muito tempo, a tentar justificar uma coisa que ela por só a Lei justificava, são competências que acabam de ser de proximidade como efetivamente referiu. Mas não deixa de ser curioso a forma como coloca e até pelo seu comportamento não só na sessão, mas como as respostas que deu anteriormente, faz parecer que quando alguma coisa vier a dar mal de futuro por falta de dinheiros, que são situações possíveis de acontecer ou que não funcionem, e que lhe vierem bater à porta aqui na mesma Assembleia Municipal e dizer que as situações não funcionam e a você responsabilize as Juntas de Freguesia pelo mau funcionamento desta mesma situação.

Cheira-me também um pouco de desresponsabilização por parte do executivo da Câmara Municipal, relativamente a esta questão que acaba por fazer sentido delegar junto das Juntas de Freguesia. Mas sua justificação foi demasiado justificativa, foi muito forçada. Devo dizer que foi muito forçada. E não deixa de ser curiosos também os valores que estão inerentes a cada uma das Juntas de Freguesia, colocando até parceiros, do tal consórcio que temos aqui em relação a Almada, em causa, em xeque e em guerras internas como é o caso do Laranjeiro. Portanto, relativamente aos valores um Freguesia que nem mais populacional do Concelho recebeu valores ligeiramente diferentes, mais avultados do que outras que se calhar têm outras necessidades e que levante se calhar a um executivo concorrente do próprio consórcio, como referiu, neste caso o Partido Comunista, a ter que o forçar de certa forma a uma guerrilha relativamente a isto. É curioso este jogo que a Senhora Presidente acaba por colocar em cima da mesa, utilizando o dinheiro público em algo que até faz sentido na prática, mas como lhe disse isso cheira muito esturro e em vez de estar aqui a verificar essa tal fiscalização que você enumerou uma comissão para fiscalizar e acompanhar esta situação, ver como é que vai funcionar porque algo não vai correr bem, e estaremos aqui para a culpabilizar e não para a Senhora Presidente se desresponsabilizar quando as coisas não correrem bem.”

**6.12.2.2 – O Deputado Municipal João Eduardo Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A CDU irá abster-se na votação destas três propostas, viabilizando-as dessa forma.

Mas alerta para a sua manifesta insuficiência, no que respeita à garantia dos princípios de solidariedade entre os Órgãos do Poder Local Democrático, da equidade e da subsidiariedade, que devem presidir a todos os processos de delegação e transferência de competências e que estas propostas manifestamente não contemplam.”

**6.12.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Nós estamos perante e a Senhora Presidente da Câmara Municipal foi muito clara, houve um trabalho bastante intenso entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de forma a que houvesse a transferência de competências de acordo com aquilo que está previsto na Lei. Foi um trabalho ao qual se chegou inclusivamente a votar na Câmara Municipal, mas e como disse, a autonomia de cada Autarquia é obviamente, imperativa nestas situações. O Partido Socialista tem muita pena que assim seja, porque entendemos que a autonomia e o desenvolvimento do trabalho das Juntas de Freguesia é enriquecido com responsabilidades. E quando se fala de responsabilidades e de competências, não se está a descartar a responsabilidade de um ato para pôr no outro. O que se está a fazer é trabalhar de forma conjunta, de forma articulada, e nos momentos e nas tarefas em que cada um pode dar o seu melhor em prole daquilo que é obviamente, o melhor e o bem-estar das populações que é o grande objetivo e é para aquilo que toda e qualquer Autarquia é eleita e deve trabalhar.

Eu julgo que há aqui alguma confusão de conceitos, porque falou-se aqui em desresponsabilizar-se, não é isso que está a ser feito. O que está a ser feito é um trabalho colaborativo, a responsabilidade será sempre de todos,



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

mas obviamente que as competências são de quem as tem em determinado momento. E entenderam estas Autarquias, quer a Câmara Municipal, o Município de Almada, quer cada uma das Uniões de Freguesias que vão celebrar estes contratos, que seria o momento para assumirem estas responsabilidades porque o bem-estar da população e o bem de todos é do superior interesse do que as lutas políticas.

E só de facto, quem não tem qualquer experiência e possivelmente nunca terá, de aquilo que é um trabalho autárquico e um trabalho em equipa e em colaboração, é que pode estar a achar que isto é o sacudir a água do pacote ou a desresponsabilização da parte da Câmara Municipal. Nos momentos certos, as Autarquias e o movimento autárquico, todo ele se une para defesa das populações, esteja o que estiver em causa, seja qual for o partido, e isto acontece no Concelho de Almada, acontece em todos os outros Concelhos do país e é muito difícil efetivamente, explicar isto a alguém que tem valores totalmente contrários daquilo que representa o Poder Local Democrático. Mas quanto a isso nada há a fazer.

Obviamente que este é um passo importante, infelizmente não é o passo que nós gostaríamos de aqui ver hoje a ser votado, mas espero efetivamente que, todos possam dar o seu contributo para que Almada seja cada vez mais um Concelho e uma terra livre, desenvolvida e cuidada para todos.”

6.12.2.4 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito rápida dizer, não há nenhuma curiosidade neste processo, a única curiosidade, não sei para quem, para nós não, chama-se democracia e respeito. E tolerância e respeito pela posição contrária. Há momentos em que chegamos a consenso, há outros a que não chegamos, eu penso que isto acontece em qualquer Câmara Municipal, aqui estamos numa Câmara Municipal democrática, nem todos votamos da mesma maneira, todos estamos aqui certamente pelo bem de Almada. Portanto, não é uma curiosidade, é a vida normal e salutar da democracia.”

6.16.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.15 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-478-GP.*

6.16.4 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.16 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Laranjeiro e Feijó. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:



### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-479-GP.*

6.16.5 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação da proposta do ponto 3.17 relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Delegação de competências do Município de Almada para a União de Freguesias de Caparica e Trafaria. Aprovação da minuta do contrato interadministrativo”, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica; 13 abstenções sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU, 2 dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do eleito do CDS-PP, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a minuta do contrato interadministrativo de delegação de competências do Município de Almada para a União das Freguesias de Caparica e Trafaria, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-480-GP.*

6.16.5.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.16.5.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal da CDU votou em abstenção os relatórios relativos à monitorização das Operações de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, referentes, respetivamente, aos períodos de execução daquelas operações de 31 de janeiro de 2022 a 30 de janeiro de 2023, e 19 de fevereiro de 2022 a 18 de fevereiro de 2023, presentes para deliberação da Assembleia Municipal na Sessão Extraordinária realizada em 25 de outubro de 2024, registando nesta declaração de voto alguns aspetos menos positivos, os quais justificam o voto de abstenção, a crítica e as recomendações que deixamos no final.

Desde logo, não se entende por que razão estes relatórios, que se pretendem e se afirmam de monitorização de intervenções concretas no território, são apresentados a esta Assembleia Municipal, órgão competente para a sua apreciação e aprovação, 19 meses, sublinhamos dezanove meses, após a data final a que se reportam.

Esta incompreensível dilação no tempo, para além de constituir um desrespeito pelos eleitos e pelos próprios órgãos autárquicos, reduz manifestamente o interesse e a eficiência de que relatórios desta natureza necessariamente se devem revestir. Hoje, passados 19 meses sobre a data de conclusão dos relatórios agora aprovados, é muito mais que plausível que a realidade nas duas ORU de Almada Velha e da Cova da Piedade, seja substancialmente distinta daquela que consta da informação que nos foi dada apreciar nesta sessão. Isso não apenas é desprestigiante, como significativamente inútil.

O Grupo Municipal da CDU regista igualmente o facto destes relatórios, que logo nas suas primeiras páginas nos dão conta de que se reportam a dados relativos à monitorização dos onze anos (agora já são 12) de vigência das Áreas de Reabilitação Urbana/Operações de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, não possuírem o registo do número exato de edifícios “clássicos” existentes nos respetivos perímetros, referindo-se, no caso da ORU de Almada Velha “um total estimado de 505 edifícios”, e no caso da ORU da Cova da Piedade “um total estimado de 360 edifícios”, sendo difícil compreender como é que em 12 anos de intervenção no



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

território não há ainda, por parte dos serviços, um conhecimento exato sobre o número de edifícios que integram estas ORU.

Regista igualmente que desses universos “estimados”, apenas 42 apresentaram candidaturas ao apoio financeiro municipal para a reabilitação urbana, e somente 31 desses edifícios concluíram as respetivas obras de reabilitação no caso da ORU de Almada Velha, e apenas 17 apresentaram candidaturas e somente 14 concluíram as obras no caso da ORU da Cova da Piedade. É pouco, mas estes relatórios não nos permitem obter o necessário esclarecimento sobre as razões que justificam esta reduzida abrangência e execução das operações.

Estes relatórios também não informam a Assembleia Municipal sobre o número de edifícios, habitações e outras frações localizados nestas áreas de Reabilitação Urbana, que foram reabilitados sem o apoio do Município. Estes relatórios não incluem qualquer informação sobre o estado de conservação dos “presumíveis” 505 e 360 imóveis localizados nas duas ORU, nem sobre quantos desses edifícios foram efetivamente reabilitados ao longo dos onze anos de vigência da operação.

Não menos importante do que estas questões, e tratando-se de relatórios que afirmam reportar-se a todo o período de vigência das ORU, a Assembleia Municipal também não é informada sobre a concretização dos principais objetivos estabelecidos nos documentos estratégicos das Áreas de Reabilitação Urbana de Almada Velha e Cova da Piedade, publicados em Diário da República em 31 de janeiro de 2012 e 23 de agosto de 2013, respetivamente, em particular no que se refere aos objetivos de fixação de população jovem, de promoção de novas soluções de acesso a uma habitação condigna, de melhoria das acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada, e à adoção de critérios de eficiência energética em edifícios públicos e privados.

Nestes relatórios não encontramos, ainda, nenhuma referência à articulação destas Operações de Reabilitação Urbana com os objetivos e metas das políticas públicas de habitação, conforme previsto no artigo 36º da Lei de Bases da Habitação, como também não encontramos qualquer referência à sua articulação com os objetivos e metas constantes da declaração de carência habitacional, decretada pelo Município em 2023.

O Grupo Municipal da CDU recomenda, assim, à Sr.ª Presidente da Câmara Municipal, que os futuros relatórios de monitorização das diferentes Operações de Reabilitação Urbana em vigor no concelho, incluam, para além da monitorização da gestão e execução dos apoios municipais à reabilitação urbana, uma avaliação geral do edificado existente em cada dessas ORU, designadamente em termos da identificação e quantificação dos imóveis que ainda permanecem por reabilitar, bem como os indicadores de execução dos objetivos constantes dos respetivos documentos estratégicos, que no essencial são os objetivos políticos estabelecidos pelos órgãos municipais que aprovaram essa estratégia de reabilitação.

O Grupo Municipal da CDU recomenda, igualmente, que sejam incluídos nestes relatórios os indicadores relevantes relativos à execução das políticas nacional e local de habitação relacionados com o desenvolvimento destas operações de reabilitação urbana.”

6.17 – Entrou-se no ponto 3.18 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva”;

6.17.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra o Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.17.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É com muita satisfação que o executivo traz desta vez à Assembleia Municipal, esta proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva. Este documento no fundo, continua uma estratégia de aumento e de reforço daquilo que é o apoio ao Movimento Associativo Desportivo, neste caso por via do apoio aquilo que é a sua atividade regular, dirigida à formação desportiva.



Depois daquilo que foi um período de discussão pública não com muitos contributos porque a própria proposta de regulamento inicial que tinha sido feita, colhia já muito daquilo que eram os contributos da discussão que tem sido feita com o nosso Conselho ao longo do último ano, designadamente, nas reuniões sectoriais com os Clubes e todo o Movimento Associativo, também num espaço muito importante, que foi o Congresso do Desporto do qual também houve contributos para o Plano Almada Desportiva, e, portanto, no fundo, esta proposta de regulamento, achamos nós, já vinha bastante robusta de todo esse ano inteiro de recolha de contributos e acho que o período de discussão pública, notificados todos os Clubes e todos os interessados precisamente desse período de consulta pública, teve reduzidos contributos e contributos apenas no sentido no fundo, de pequenos ajustes, muitos deles até de questões de redação.

No fundo, o documento que aqui hoje trazemos é para canalizar mais recursos para os Clubes naquilo que é a sua atuação diária. Estamos a falar de comparticipação de despesas aos equipamentos, gasolina, deslocações, transporte, tudo aquilo que é a sua atividade diária e corrente.

Apoiar o desporto, apoiar aquilo que é a atividade física, faz-se de múltiplas formas, com vários tipos de apoios, neste caso precisamos de apoiar aquilo que é o Movimento Associativo, apoiar os Clubes e é aquilo que fazemos com este regulamento e que esperamos evidentemente, uma aprovação unanime.”

6.17.2 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 25 votos a favor, sendo 16 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 da eleita do PAN, 1 do eleito do CDS-PP, 1 do eleito Independente - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, 10 votos contra dos eleitos do Grupo Municipal da CDU e 2 abstenções dos eleitos do Grupo Municipal do CHEGA, através da seguinte:

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea g), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-473-DDJ.*

6.17.3 – Para apresentar uma Declaração de Voto usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU);

6.17.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal da CDU, na Assembleia Municipal de Almada, votou contra a proposta de Regulamento Municipal de Apoio à Formação Desportiva, por entender que o Regulamento na versão aprovada pelo PS e PSD na Câmara Municipal e agora por esta Assembleia Municipal, não defende as instituições desportivas do Concelho, sendo particularmente discriminatórios, por isso negativos, alguns critérios de avaliação das candidaturas nele constantes, bem como as ponderações previstas para cada um desses critérios.

O Grupo Municipal da CDU sublinha o facto de, quando esta proposta de Regulamento Municipal foi apresentada e colocada a discussão pública na Câmara Municipal, os Vereadores eleitos pela CDU, terem colocado nessa ocasião, diversas questões e vários pontos de discordância de fundo relativamente ao seu conteúdo.

Concluído o processo de consulta pública, e perante a manutenção praticamente integral do texto inicial, a CDU expressou também na Câmara Municipal e mantém nesta Assembleia Municipal, naturalmente inalterada a sua discordância relativamente a aspetos essenciais do texto e conteúdo deste Regulamento Municipal, realidade que determinou o voto contra acabado de registar.

O Grupo Municipal da CDU propõe-se desenvolver trabalho no sentido da promoção de uma futura revisão e alteração dos termos mais gravosos deste Regulamento, de modo a torna-lo mais justo e sobretudo mais



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

adequado às reais necessidades das instituições do Concelho, propondo que seja esse o caminho a seguir no futuro no Concelho.”

6.18 – Entrou-se no ponto 3.19 da ordem de trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Proposta de Contratos Interadministrativos com Uniões de Freguesias do Concelho de Almada – intervenção em polidesportivos”;

6.18.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhor Vereador Filipe Pacheco;

6.18.1.1 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta dos contratos Interadministrativos, com Uniões de Freguesia, estamos a falar de três contratos Interadministrativos com três Uniões de Freguesia, no sentido de dar cumprimento também a algo que referi no ponto anterior, que tem sido o início da execução do Plano Almada Desportiva, que é o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo do nosso Concelho, recentemente aprovado, que teve mais de um ano em discussão permanente com todos os atores interessados, evidentemente, designadamente com todo o Movimento Associativo Desportivo que fez bastantes contributos não só para os do ponto anterior, mas também neste caso, para o para o Plano Almada Desportiva, e uma das ações completas que este plano tem, é de um plano de requalificação dos Polidesportivos de proximidade.

Um dos fatores que mais se identificou para que os almadenses não pratiquem desporto, é o fator tempo. Uma das formas que entendemos para resolver, para tentar contrariar esse fator tempo, é investir nos equipamentos desportivos de proximidade, tentando mexer nessa variável do fator tempo. E precisamente é aqui que trazemos a vontade de requalificar mais três polidesportivos de proximidade até ao final do ano, e também cumprido aqui um critério e o princípio da subsidiariedade, também ter aqui uma dimensão de colaboração com as Uniões de Freguesia, que é quem já tem a gestão e manutenção desses polidesportivos delegada, portanto, com eles fazer aqui esta requalificação, estamos a falar do Polidesportivo da Filipa D’Água na União de Freguesias de Caparica Trafaria; o Polidesportivo da rua Jaime Cortesão, na Charneca de Caparica e Sobreda e também o Polidesportivo das Barrocas na União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, onde aliás, e aproveito aqui para sublinhar e saudar também uma ampla comunidade naquele local, que se tem movido, que tem dado vida aquele equipamento, no fundo vizinhos, amigos, que se unem para dar vida, animadores socioculturais, têm dado vida aquele equipamento, que no fundo aquilo que estamos a fazer também é dar um voto de confiança e corresponder ,aquilo que é a vida que tem sido dada aquele equipamento e a Autarquia em conjunto com toda a comunidade a funcionar-“

6.18.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Daniel Alexandre Silva (PS); João Eduardo Geraldes (CDU);

6.18.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este ponto da ordem de trabalhos, é particularmente importante. E é importante porque baseia-se num estudo do âmbito do Plano Almada Desportiva, e pela importante ação que este coloca ao serviço dos almadenses, porque permite fomentar o movimento, no fundo a prática do desporto.

A Câmara Municipal de Almada, efetua assim, através deste desígnio, um compromisso relevante, um compromisso de requalificar os polidesportivos de proximidade, que é possibilidade real de levar a prática desportiva a todos, pois possibilita para a prática do desporto mesmo de forma gratuita.

Neste âmbito, consideramos também, que é muito importante envolver as Juntas de Freguesia neste trabalho. Os investimentos selecionados tanto para o Polidesportivo da Filipa d’Água, o Polidesportivo das Barrocas, ou o Polidesportivo Jaime Cortesão, na União das Freguesias de Caparica Trafaria, União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, e também na União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, respetivamente, são a prova que, a trabalhar em conjunto é unir na ação e procurar acima de tudo, resolver



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

aqueles que são os problemas das pessoas, melhorando a qualidade de vida dos almadenses, deve ser mesmo a prioridade de todos, mesmo quando existam divergências.

Ao que parece, há aqui um executivo de Junta de Freguesia, que com, permitam-me, uma certa soberberia, e tom de superioridade, afirma ser a melhor Junta de Freguesia do Concelho de Almada.

Essa Junta é a Junta de Freguesia de Laranjeiro e Feijó, que comunicou exatamente isso nos seus meios de comunicação, sem provar, sem evidenciar e que demonstra claramente que é uma afirmação também ela, sem qualquer tipo de sustentação.

Ora, ainda recentemente, se viu a diferença por exemplo, no que uma Junta de Freguesia pode fazer sendo mais próxima, mais dinâmica e com mais poderes para melhorar aquilo que é a vida das pessoas. Isso foi o caso da União de Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda por exemplo, que realizou de forma sistemática e realiza sempre, dessa forma, uma eficaz requalificação e manutenção dos espaços da Freguesia, dos espaços verdes que melhor mantidos nesse local.

Neste tema de intervenção de polidesportivos, apelamos a que também participem, a Câmara Municipal fica com este desafio assim como também esta Junta de Freguesia. Participem, juntem-se a esta medida importante da Câmara Municipal de Almada, trabalhem no sentido de melhorar de facto a qualidade de vida das populações e aproveitem esta oportunidade.

E já agora, o facto de ter sido aprovada por proposta do PS na sua Assembleia de Freguesia de Laranjeiro Feijó, a sugestão de requalificação do Polidesportivo da Casa da Juventude, a Casa Amarela no Laranjeiro. Ou continuarão a deixar na gaveta as propostas que são aprovadas e que melhoram concretamente a vida das pessoas, como é também o caso do balcão SNS 24, que também foi proposta do PS nessa mesma Assembleia há mais de um ano?

Pois é, unam-se verdadeiramente na ação, ação conjunta com a Câmara Municipal de Almada em articulação e com espírito construtivo, coloquem em primeiro lugar os almadenses e resolvam os seus problemas melhorando a qualidade de vida. Fiquem do lado do progresso e do avanço do Concelho de Almada, aproveitando esta oportunidade de requalificar os polidesportivos também no Laranjeiro e Feijó.”

6.18.2.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu depois desta intervenção do Senhor Deputado Municipal Daniel Silva, fiquei apenas com uma dúvida e pedia-lhe que ele me esclarecesse, o Polidesportivo da Casa Amarela é da Junta de Freguesia de Laranjeiro Feijó?”

6.18.2.3 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Agradeço a pergunta e para o esclarecer desse ponto de vista, de facto, é cabal que atualmente não, mas aquilo que esta proposta diz e é por isso também que há esta intervenção, é que há Juntas de Freguesia dispostas para colaborar nesse sentido em articulação com a Câmara Municipal de Almada, que é o exemplo dos vários polidesportivos aqui falados para a sua requalificação, e há esse desafio, essa proposta concreta aprovada da Casa Amarela, para essa articulação ocorrer num futuro breve. Deixei aqui o desafio, o desafio é para as duas áreas, não é só para a Junta de Freguesia é também para a Câmara Municipal de Almada e está aqui lançado este desafio para também se juntarem a este progresso em prole da vida das pessoas e da melhoria da qualidade de vida.”

6.18.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, tendo sido aprovada por unanimidade, através da seguinte:

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º, Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova as minutas de contratos interadministrativos de intervenção em polidesportivos a*



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

*realizar com a União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda; União das Freguesias da Caparica e Trafaria e União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, nos precisos termos da deliberação camarária de 16 de setembro de 2024, que aprovou a proposta nº 2024-398-DGED.*

6.19 – Entrou-se no ponto 3.20 da ordem de trabalhos, relativo à Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal;

6.19.1 – Para apresentar a Informação da Atividade Municipal usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

6.19.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta é uma Informação Municipal que se insere essencialmente nos meses de verão que como sabem, em Almada, são meses de grande atividade, essencialmente cultural, turística, com grandes eventos que se iniciam na altura do Está Tudo em Festa, agora também o Sumol Summer Fest, o Sol da Caparica que eu gostava de salientar aqui, a forma exemplar como decorreu. Portanto, é um momento onde todos nós temos grande orgulho no nosso território, até porque esta ano tivemos dez praias galardoadas com a Bandeira Azul, com o Selo de Qualidade, que reflete a excelência das nossas infraestruturas e a pureza das nossas águas balneares, e mesmo quando acontece um acidente, que às vezes acontece, devido muitas das vezes até em terra ou então até no mar como lavagens de navios perante a nossa fiscalização como aconteceu uma vez esta ano, rapidamente conseguimos atuar, conseguimos fiscalizar e manter estes galardões que resultam de facto, de um extraordinário empenho de cooperação entre a Câmara Municipal e as diversas entidades. Estas ações reforçam naturalmente o nosso compromisso.

Em julho, acho que é importante lembrar o protocolo que foi assinado mais uma vez com a Apa, para a questão da reposição de um milhão de metros cúbicos de areia na costa da Caparica, mais do que repor apenas, foi muito importante a apresentação que foi feita, do acompanhamento que significa que a areia que tem vindo a ser depositada, não é areia que se vai, porque o estudo e o acompanhamento desde os últimos quatro anos que tem sido feito, demonstra que cada reposição estamos a reforçar a própria estrutura profunda de areia, assim como complementada com o nosso programa municipal chamado Reduna e que também tem demonstrado a sua eficácia contra a erosão na Costa da Caparica.

Das Festas Populares, naturalmente, há sempre um momento alto que são as nossas Marchas no Está Tudo em Festa, agradeço também a todos as Juntas de Freguesia que acolhem todas estas iniciativas, todos os artistas, todas as associações, todas as estruturas, e naturalmente, não poderia deixar de cumprimentar a Marcha vencedora deste ano, sendo que todas elas, devo dizer, são absolutamente extraordinárias pelo seu empenho.

Muito importante foi também o 1º Festival Terras da Costa, no âmbito do projeto Agroparque, assim como todas as atividades que temos feito, desde as ações de formação, o Congresso que fizemos para a promoção de produtos saudáveis e todo o projeto do Agroparque.

Quero dar nota também, da inauguração do novo espaço para os nossos sapadores florestais na Bateria da Raposa, foi o primeiro passo naquilo que é o futuro da Bateria da Raposa, e que também vem nesta altura. Também dou nota das nossas preocupações e das reuniões que fomos tendo com a Administração do HGO e a Direção da Unidade Local de Saúde devido às carências e às dificuldades durante o verão, dos médicos.

Eu não vou me alongar muito mais, a Informação está disponível e estou ao vosso dispor assim queiram os Senhores Deputados Municipal colocar alguma questão.”

6.19.2 – No debate usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Luís Pedro Durão (PSD), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), João Eduardo Geraldes (CDU), Vasco Ramiro Gonçalves (CDU), e ainda a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

6.19.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Eu queria iniciar esta intervenção, parafraseando a Senhora Presidente da Câmara Municipal, quando disse ontem, que as declarações do PSD eram bizarras. Isto quando dissemos que a Câmara Municipal através da Senhora Presidente do executivo, não respondeu a algumas questões do PSD. A verdade é que isso aconteceu ontem, com a questão da cantina da António da Costa que ficou meio respondida, e acontece muitas vezes neste ponto, quando os Senhores Deputados fazem perguntas, o tempo é mal gerido e as perguntas muitas vezes não são respondidas.

E o bizarro Senhora Presidente, é que não é a primeira vez, não é a segunda, não é a terceira, mas é a quarta vez que eu venho perguntar sobre os Julgados de Paz. A verdade, é que os Julgados de Paz foi uma moção que o PSD apresentou há dois anos e ainda não teve qualquer resposta a nenhum ponto de situação.

O bizarro Senhora Presidente, é que um almadense para usufruir de um Julgado de Paz, tem que ir a Lisboa ou ao Seixal. Portanto, isto já nem é bizarro, até é paranormal, porque parece que um fantasma, que ninguém responde, ninguém dá pontos de situação e há pouca transparência e, portanto, eu peço que dê alguma resposta sobre este tema e que claramente é importante para os cidadãos de Almada, é importante para a justiça ir resolvendo os pequenos delitos menores ou as pequenas causas menores, podemos acelerar a justiça também aqui no nosso Município.

Por último, pergunto também, qual é a posição da Câmara Municipal relativamente ao Ginásio Clube do Sul. Como todos sabemos o Ginásio Clube do Sul encontra-se numa situação financeira bastante gravosa. Está em estado de insolvência, e o seu maior ativo, o pavilhão desportivo, está afeto a uma venda judicial. Ora, esse pavilhão pode ser adquirido pela Câmara Municipal através de um direito de exercício de preferência. Pergunto à Senhora Presidente da Câmara Municipal, se a Câmara Municipal tem interesse em exercer esse direito ou, por sua vez, recorrer ao processo normal, abdicar desse direito e assim deixarmos de ter no nosso Concelho um daqueles que é um espaço cultural e desportivo mais importante da nossa Cidade.

Portanto, são duas questões que eu acho que são simples, acho que respondendo às perguntas dos Senhores Deputados, conseguimos avançar para outros pontos e prosseguir com os interesses dos almadenses.”

6.19.2.2 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Trazemos alguns assuntos que consideramos relevantes para o nosso Município e que queríamos questionar Senhora Presidente.

Dada a recente intervenção da Câmara Municipal na Escola Conceição e Silva, porque não foram implementadas medidas adequadas de segurança, com pilaretes na entrada da Escola, para proteger os peões e especialmente as crianças, será que a segurança das nossas escolas não é uma prioridade?

Na mesma escola foi instalada uma sinalização com termos em inglês “kiss and drive”, vivemos numa Freguesia portuguesa, qual é a lógica por trás deste uso? É de uma língua estrangeira num contexto como local, será que não temos alternativas em português para adequar a sinalização à nossa comunidade?

Relativamente à inauguração da Escola Maria Rosa Colaço. Na inauguração da Escola foram identificadas várias falhas, como a raiz de uma árvore cortada que não foi removida, criando um risco de quedas, até mesmo para a Senhora Presidente que ia caindo ao meu lado, felizmente nada de maior aconteceu. Ainda iriam dizer que tinha sido o CHEGA que tinha provocado algum tropeçam à Senhora Presidente, mas de facto, foi perigoso na altura que saiu e eu ia a entrar na escola, mas se foi perigoso para a Senhora Presidente, certamente será mais perigoso para as nossas crianças.

Além disso, materiais de obra ainda se encontram no exterior, mas como pode a Câmara Municipal saudar a comunidade educativa sem garantir que a obra esta efetivamente concluída e segura?

Já existem inclusive relatos de quedas nas escadas do acesso ao segundo e terceiro piso da escola, porque não foram instalados adesivos antiderrapantes, sabendo que o piso é escorregadio especialmente com a chegada agora da chuva, estas falhas deveriam ter sido corrigidas antes da inauguração.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Os munícipes infelizmente, muitas vezes, têm reportado presença de ratos em vários pontos da Freguesia e claramente resulta de problemas de limpeza e de gestão de resíduos. Que medidas concretas estão a ser tomadas pela Câmara Municipal em articulação com as Juntas de Freguesia, para combater esta praga de forma eficiente? E não aceitamos como desculpa de: “onde há pessoas há lixo, e que onde há lixo há ratos”. A desculpabilização que começa a ser corriqueira e que a culpa é do munícipe, também não chega, precisamos de medidas concretas.

Relativamente ao estado das papelarias em algumas Freguesias é lamentável, com o lixo acumulado e a sair, a falta de limpeza é imensa, que está a ser feito para garantir uma frequência na recolha e na manutenção da higiene pública, se nem as papelarias conseguimos manter limpas, como podemos garantir uma Cidade mais higiénica?

Senhora Presidente, com a chegada das chuvas, a falta de limpeza das sarjetas em várias zonas do Concelho continua a ser uma preocupação, especialmente devido ao risco das inundações, o que está a ser feito na Câmara Municipal para garantir que a limpeza preventiva das sarjetas seja realizada de forma eficiente e atempada, minimizando o risco de enchentes e os transtornos que estes casos dão aos munícipes?

Enquanto as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal discutem as delegações de competências, a Cidade deteriora-se a um ritmo assustador, basta ver o estado em que se encontra a rua desta escola onde nós nos deslocamos todos. Não foi a Senhora Presidente da Câmara que referiu numa Assembleia Municipal que uma Cidade limpa e arranjada, cria comportamentos semelhantes? Como podemos admitir uma rua cheia de lixo à entrada de uma escola? Que educação e valores estamos a passar às nossas crianças e futuros munícipes?

Relativamente ao estacionamento, estamos a assistir em alguns Concelhos vizinhos, a revisão dos passeios e criação de novos lugares de estacionamento. A Câmara Municipal de Almada tem algum plano nesse sentido, de reavaliar o estacionamento e os locais de estacionamento da Cidade?

Relativamente ainda ao trânsito, temos identificado ao longo do Concelho, enumeras passadeiras mal marcadas, a sinalização está a criar situações de perigo para os peões. Porque não foi realizada atempadamente esta manutenção? Qual é o plano da Câmara Municipal para garantir que as passadeiras estejam devidamente sinalizadas?

Um tema agora, um pouco mais caricato Senhora Presidente.

Gostaria de questionar porque razão as minutas das atas das reuniões da Câmara Municipal de Almada, deixaram de ser publicadas no site? Desde o dia 20 de junho de 2024, estamos agora com mais de três meses de atas em falta, algo que compromete a transparência e o acesso à informação para os munícipes. Pode explicar-nos o motivo desta interrupção e quando será regularizada a sua publicação?

Ainda relativamente a um assunto que normalmente temos trazido a esta Assembleia Municipal, Senhora Presidente, têm surgido críticas frequentes quanto ao crescimento de construções ilegais em áreas como Penajóia e 2ª Torrão, onde já se observam habitações informais, algumas até com três andares, visíveis aqui a poucos metros.

A Câmara Municipal tem sido acusada de inação e falta de fiscalização, permitindo que este fenómeno continuo a expandir-se, além disso, há uma ausência de um levantamento atualizado dos moradores, o que agrava ainda mais o problema, e vai aumentar o problema quando for necessário realojar porque de um momento para o outro, onde estavam cem estão quinhentos.

Em alguns Concelhos as autoridades implementaram medidas como construção de muros ou impedimentos nestas zonas mais afetadas para travar a expansão destas construções. Pergunto, o que está a ser feito em Almada para conter o crescimento das construções ilegais? Está prevista alguma ação concreta neste sentido? Ou continuamos a acreditar que a emissão de algumas multas será suficiente para deter todo este processo?”

6.19.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



Tenho duas ou três questões breves.

Nós recebemos a denúncia de que cerca cinquenta gatos terão morrido envenenados no Parque de Campismo Piedense, isto infelizmente, é uma situação que não é nova, sei que a Câmara Municipal já teve intervenções nos parques de campismo nomeadamente, há dois ou três anos, porque alguns campistas não gostam da presença dos gatos.

Queria saber se a Câmara Municipal tem conhecimento ou não, se em articulação com os parques de campismo, por perceber como é que está a situação dos gatos, se está descontrolada, qual é a intervenção que pode ser feita?

Dito isto, também gostaria de saber como é que está a realocação dos parques de campismo, se o plano se mantém, quando é que vai acontecer?

Por fim, o estado das esterilizações, porque continuamos a receber uma queixa regular da falta de vagas para animais de colónias.”

6.19.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria colocar uma questão à Mesa que é a seguinte: nós estamos a cinco minutos do fim desta reunião em termos regimentais, a CDU tem três intervenções para fazer neste período que ultrapassam largamente esse fim regimental. Portanto, queria colocar a questão à Mesa de como fazer, porque não temos tempo obviamente, para terminar hoje esta sessão.”

6.19.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Vasco Ramiro Gonçalves (CDU):

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Sobre a Informação da Atividade Municipal, gostaríamos de solicitar os seguintes esclarecimentos:

No ponto 1.19, tendo a organização do Festival O Sol da Caparica, sido concessionado a uma empresa privada, qual a razão pela qual a Câmara Municipal adjudicou a aquisição de serviços de limpeza do recinto? Se essa limpeza foi anterior ao festival, não tem a Câmara Municipal serviços com capacidade para o fazer?

Na questão do ponto 1.34, a aquisição de serviços de dinamização da Feira do Levante do Feijó, aqui a nossa questão é: em que se traduz este serviço e qual foi o seu resultado?

No ponto 1.46, quais os resultados da aquisição de serviços para a realização do estudo qualitativo de avaliação da satisfação do processo de transferências de competências? Gostaríamos de saber que resultados foram obtidos com este estudo.

O ponto 2.7, quando é que as crianças que habitam nas proximidades do Parque Infantil da Ramalha, Cova da Piedade, poderão ali brincar?

Em relação ao ponto 7.2, a que se refere este ponto que diz: “Audição de interessados no processo da Fonte da Telha”, gostaríamos de ter mais detalhes sobre isto.

O ponto 19, requalificação do espaço Conde Ferreira, Serviços de Arquivo, lembrar que este foi o edifício que acolheu durante alguns anos as crianças que foram deslocadas do Centro Social e Paroquial de Cacilhas, e que foi encerrado devido ao não entendimento entre a Câmara Municipal, a Segurança Social e o Centro Social e Paroquial. Perguntamos se o futuro deste espaço será mesmo um serviço de arquivos.

Em diversos pontos da Informação referem: a reabilitação de fogos habitados ou devolutos, pertencentes ao Município. Por uma questão de transparência entendemos que nesta Informação deveriam ser identificadas as Freguesias, Bairros e Ruas, que alguns pontos não referem simplesmente nada disto.

Também referir que o Grupo Municipal da CDU recebeu no dia 24 de setembro, tal como os Senhores Vereadores, uma comunicação eletrónica remetida pelo munícipe senhor João Ataíde, que nos dá conta do



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

estado verdadeiramente lastimável em que se encontra o troço do paredão da Costa da Caparica, entre a Praia São João e o acesso à rua dos Pescadores.

As perguntas que lhe dirigimos Senhora Presidente, é como é que é possível deixar chegar aquela zona que a Senhora Presidente não se cansa de qualificar como área nobre do nosso Concelho, ao estado deplorável em que se encontra, que as fotos remetidas pelo município testemunham, e que medidas tomou a Câmara Municipal ou pensa tomar no curtíssimo prazo, para repor as condições mínimas de salubridade naquele espaço da Freguesia da Costa da Caparica?"

6.19.2.6 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu nos minutos que faltam e para não deixar sem resposta, até porque como este ponto não é votado, eu tenho todo o gosto em que numa próxima sessão possamos fazer uma sessão exclusivamente sobre o Ginásio Clube do Sul. Pois, eu vejo que a CDU andou a apresentar moções, onde deveria ter pedido confirmações porque há declarações aqui que são claramente falsas. E de tal maneira falsas, que até vão contra a deliberação da Câmara Municipal.

Relativamente ao Ginásio Clube do Sul, eu não tenho tempo para explicar, volto a dizer, estou totalmente disponível para explicar toda a posição. Quer só dar nota que, no mandato anterior, houve um pedido expresso pelo próprio Ginásio para que a Câmara Municipal de Almada se exprimisse e votasse, uma não autorização de venda, e essa moção foi aprovada por unanimidade e portanto, a deliberação da Câmara Municipal de Almada, que não mudou de posição, a que o Ginásio Clube do Sul, não pode ser vendido. Coisa diferente é os pedidos do Ginásio Clube do Sul entretanto insolvente, para que a Câmara Municipal alterasse esse sentido de voto e eu terei todo o gosto em explicar as razões pelas quais não consideramos que defenda o interesse público e que defenda aquele equipamento municipal, autorizar qualquer tipo de venda. Não, a Câmara Municipal ao contrário do que aqui foi dito, ao contrário do que a CDU anda a defender, é verdade, o pavilhão do Ginásio Clube do Sul é dos maiores equipamentos desportivos do nosso Concelho, e portanto, quando escrevem: "A Câmara Municipal de Almada, prepara-se para vender o pavilhão a uma entidade privada", esta afirmação é falsa, vai contra um deliberação de Câmara e portanto, eu tenho aqui, acho que isto ainda é da CDU, isto foi para a União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, é não só uma moção que envergonha democraticamente como a sua votação também.

Terei todo o gosto em explicar o resto, mas aproveito quem fez a pergunta para de imediato responder.

Foi penso que o PSD, que infelizmente, também se absteve na moção, que é falsa. Os pressupostos desta moção são falsos. E eu volto a insistir que estamos totalmente disponíveis para vir esclarecer tudo o que os Senhores Deputados Municipais, e os almadenses quiserem, que seja esclarecido sobre esta matéria, infelizmente, não são nos quatro minutos.

Sobre o Julgados de Paz. E porque não tenho mais tempo, como sabe houve um longo período, e nem sequer era permitido criar os Julgados de Paz. Um trabalho inicial começou a ser feito e depois houve a suspensão de autorização sequer, da criação dos Julgados de Paz. Portanto, a resposta é simples. Não sei se, entretanto, já abriram essa possibilidade, com toda a frontalidade, a Câmara Municipal deixou de trabalhar nesse assunto, porque não estava sequer autorizado pelo Estado, portanto, o trabalho é muito, fazemos priorizações, não nos dedicamos ao que está proibido. Portanto, agora teremos que ponderar, há estudos de ponderação, de viabilidade, de eficácia, de justificação, ninguém avançou porque estava proibido, havia uma proibição da criação do Julgados de Paz.

Quero dar nota dos dados do lixo. Eu acho que já falamos tanto sobre o lixo. Dar nota que à data de hoje houve 2078 intervenções de controlo de pragas, sejam baratas, sejam ratos, os dados que eu tenho, é que a 19 de agosto, estou um bocado desatualizados, foram os dados que eu consegui obter, houve 862 ações de desbaratização e 378 ações de desratização. Portanto, a resposta não é "onde há lixo há ratos", embora seja um facto, Senhor Deputado Municipal.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Sobre as minutas das atas não sabia, eu e o Senhor Presidente vamos verificar.

Sobre a Escola Rosa Colaço. Senhor Deputado Municipal, não deixou em mim uma recordação particularmente intensa, o momento em que me amparou, realmente não me lembro, mas agradeço o gesto, confesso que não foi assim um momento muito marcante, mas em contrapartida o que foi marcante, foi de facto, a beleza da nova Escola Maria Rosa Colaço, que está lindíssima, foi um processo muito longo, muito doloroso, mas eu o que retive daquela inauguração e agradeço a sua presença, foi a alegria de toda aquela comunidade. Haverá acertos para fazer? Não sei, não tenho conhecimento, vou perguntar se há um degrau que ainda tem que ser resolvido, será certamente.

Foi uma luta muito grande a uma escola que está lindíssima, luminosa, alegre, clara, com o restauro do painel de azulejos que é muito comovente, acho que toda a nossa comunidade educativa merecia, aqueles pais mereciam, mais importante, aquelas crianças mereciam e aquela comunidade docente e não docente, merecia de facto, aquela nova escola. Os professores até têm sala de professores, estavam todos contentes, por fim tinham uma sala de professores, um pavilhão lindíssimo, o jardim certamente vai melhorar e crescer, e se havia um ramo em que de facto tropecei, agradeço que me tenha amparado.

Relativamente aos gatos, é particularmente grave, iremos tentar perceber, uma investigação caso se verifique.

O número das esterilizações. Foram 166 esterilizações nestes três meses, 65 gatos, 79 gatas, 9 cães, 13 cadelas.

Mas importa lembrar, todos nos lembramos quais é que eram o número das esterilizações, estamos a falar de três meses.”

**7** – Tendo-se atingido o tempo limite regimental, sendo cerca das 01h 30m, muito embora não se tenha terminado a ordem de trabalhos, deu-se por concluída a 2ª reunião da sessão ordinária, sendo os trabalhos retomados em data posterior, tendo ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitado aos Senhores/as Deputados/as que fosse dada como aprovada a minuta da ata.

**8** – A terminar os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal expressou um agradecimento à Escola Básica da Trafaria, pelo acolhimento e cedência da sala onde se realizou esta sessão.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira (PS), dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro (PS), Filipe Pacheco (PS), Francisca Parreira (PS), José Luís Matos (CDU), Mara Rita Martins (CDU), Catarina Pé-Curto (CDU), Miguel Ângelo Salvado (PSD) e Jefferson Oliveira (BE).

**10** – Foi verificada a presença de cerca de trinta e cinco munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

**11** – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

